

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 359/2023-CPL/ALICC**

**CERTAME AMPLA CONCORRÊNCIA**

**UASG: 926703**

**Processo Administrativo nº 3000.111454/2022**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/01/2024.**

**HORÁRIO: 09 horas (horário de Brasília/DF).**

**LOCAL: Endereço eletrônico: <[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)>.**

**A AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS - ALICC torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preços para contratação de empresa especializada para os serviços de **LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS**, para atendimento aos diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Município de Maceió, com **MODO DE DISPUTA ABERTO e MENOR PREÇO POR ITEM** como critério de julgamento das propostas, considerando o que consta dos autos do Processo Administrativo sob nº. 3000.111454/2022, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006, Decretos Federais nºs. 8.538/2015 e 10.024/2019, Decretos Municipais nºs. 6.417/2004, 6.476/2004, 8.557/2018 e, subsidiariamente, pela Lei nº. 8.666/1993, e demais normas aplicáveis à espécie, o qual será conduzido e julgado pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial deste Órgão, nomeado por Decreto do Prefeito de Maceió, observados os procedimentos, regras e condições estabelecidos neste EDITAL E SEUS ANEXOS, com a utilização do Sistema COMPRASNET, no Portal de Compras do Governo Federal.**

## **1 O OBJETO DA LICITAÇÃO**

1.1 A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para os serviços de LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS para atendimento aos diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Município de Maceió, cujas especificações, quantitativos e condições gerais encontram-se detalhados no termo de referência (ANEXO I do edital).

1.2 Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do Sistema COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

1.3 Integram este Edital, dele fazendo parte integrante como se transcritos em seu próprio corpo, os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços (ARP);
- c) ANEXO III- Minuta do Termo de Contrato;
- d) ANEXO IV - Modelo de Proposta Comercial.

## **2 DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) DO SRP**

2.1 O ÓRGÃO GERENCIADOR do presente SRP será a AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE MACEIÓ.

2.2 Participam conjuntamente da presente licitação para formalizar ARP os Órgãos e Entidades do Município, constantes no Anexo B do Termo de Referência.

## **3 DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 Homologado o resultado da licitação, a ALICC convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para formalizar a ARP (com prazo de 05 DIAS prorrogável por igual período) e, se for o caso, com os demais classificados (CADASTRO DE RESERVA), obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos, para fins de publicidade.

3.2 Será admitida a formação de CADASTRO DE RESERVA, em anexo à respectiva ARP, com o registro do(s) licitante(s) que aceite(m) cotar o(s) bem(ns) ou serviço(s) com preço(s) igual(is) ao(s) preço(s) vencedor(es), excluído o percentual da margem de preferência quando o objeto cotado pelo licitante interessado não atende a tal requisito, devendo-se observar que:

- a) Por ocasião da homologação da licitação no Sistema COMPRASNET, a autoridade superior convocará os licitantes com propostas não recusadas para que possam aderir ao cadastro reserva;
- b) Quando da convocação, o sistema enviará e-mail às licitantes, informando o prazo para manifestação definido pela autoridade competente, que não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas;
- c) A licitante interessada em participar do cadastro reserva deverá acessar o sistema COMPRASNET, dentro do prazo estipulado, para efetivar sua participação, aceitando registrar o(s) preço(s) igual(is) ao do(s) vencedor(es) e se sujeitar às exigências e obrigações constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto às condições de participação, de aceitação e classificação da proposta e de habilitação;
- d) Se houver mais de um licitante interessado, apenas será admitido a compor o cadastro de reserva as duas primeiras empresas que registrarem o interesse via Sistema COMPRASNET;

3.3 A análise das condições de participação, o julgamento da qualidade do(s) objeto(s) proposto(s) e da habilitação do(s) licitante(s) que constem do cadastro de reserva apenas será efetuada, pelo Pregoeiro, quando da sua eventual e futura convocação para assumir a titularidade do registro, nas hipóteses previstas no art. 13, parágrafo único, bem como nos casos de cancelamento do registro fixadas nos arts. 20 e 21, ambos do Decreto Municipal nº 7.496 de 11 de abril de 2013, observadas as exigências contidas no presente Edital e seus anexos;

3.4 O cadastro reserva tem por objetivo suprir eventuais impossibilidades de atendimento pelo primeiro colocado da licitação e titular da ARP, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto Municipal nº 7.496/2013, como também às recusas em assinatura da respectiva ARP pelo(s) titular(es).

3.5 A ARP é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas, a qual deverá ser assinada pelo(s) vencedor(es) do certame e titulares de cadastro de reserva, ficando as empresas sujeitas às penalidades nela previstas pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

3.6 Serão registrados na ARP, nesta ordem:

- a) os dados de identificação dos particulares vencedores, as especificações (inclusive indicando marca e modelo, para materiais e equipamentos), os preços e quantitativos, tudo em conformidade com a proposta do licitante vencedor do certame, por item ou grupo do objeto; e
- b) os dados de identificação dos particulares interessados em compor o cadastro de reserva, a ordem de classificação de cada interessado e as especificações (marca e modelo, para materiais e equipamentos), por item ou grupo do objeto.
- c) Após a formalização da ARP, e cumpridos os requisitos de publicidade, os licitantes vencedores (e os interessados em compor o CADASTRO DE RESERVA) estarão TOTALMENTE VINCULADOS aos termos de sua proposta final e da ARP, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas.
- d) O Órgão Gerenciador do presente Sistema de Registro de Preços - SRP será a Agência de Licitações Contratos e Convênios - ALICC, por meio da Gerência de Atas e Contratos.
- e) Convocado o particular titular do registro para assinar o respectivo do termo de contrato ou equivalente (item 29.1), havendo recusa injusta ou inércia em fazê-lo, nos prazos e condições fixados, poderá a ALICC, mantida a ordem do cadastro, convocar o particular constante do CADASTRO DE RESERVA, licitante remanescente, ou até mesmo cancelar o registro do fornecedor, nos termos fixados nos arts. 13, parágrafo único, e 20, II, ambos do Decreto Municipal nº 7.892/2013, sem prejuízo das sanções administrativas previstas neste Edital e seus anexos.
- f) As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com o Decreto Municipal nº 8.415, de 30 de março de 2017.

3.7 O remanejamento de que trata a alínea “f” do subitem anterior somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.

3.8 Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Município, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

3.9 Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 do Decreto Municipal nº 7.496/2013.

3.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, em conformidade com o disposto no §1º do art.12 do Decreto Municipal nº 7.496/2013.

3.11 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir; facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro o direito de preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3.12 O prazo de vigência da ARP é de 12 MESES, a partir da data de assinatura, salvo as hipóteses de cancelamento contidas nos arts. 20 e 21 do Decreto Municipal n.º 7.496/2013.

3.13 A revisão e o cancelamento dos preços registrados na ARP obedecerão às disposições contidas no Decreto Municipal n.º 7.496/2013.

3.14 A contratação do fornecedor registrado poderá ser formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme regras insertas no art. 62 da Lei nº 8.666/1993 c/c o disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 7.496, observadas as disposições contidas no item **29** deste edital.

3.15 As contratações firmadas a partir da ARP poderão sofrer alterações posteriores, observados os limites e condições fixadas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

3.16 Se o(s) licitante(s) vencedor(es), convocado(s) nos termos do item **3.1** deste Edital, recusar-se a assinar a ARP, aplicar-se-á o disposto no § 2º do artigo 48 do Decreto nº 10.024/2019 combinado com o disposto no item **28** deste Edital.

#### **4 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET**

4.1 O credenciamento é o nível básico de registro cadastral do particular no SICAF que permite a participação dos interessados em licitações na modalidade de Pregão, na forma eletrônico.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser realizado previamente pelo particular interessado diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, observada as regras, diretrizes e orientações indicadas no próprio Portal.

4.3 O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

4.4 **ATENÇÃO:** A ALICC não é Órgão responsável por promover o cadastro dos interessados no SICAF/COMPRASNET, devendo o particular interessado responsabilizar-se por tal credenciamento.

4.5 O particular interessado (licitante) responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.6 Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao Sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

4.7 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, como também a presunção de sua capacidade técnica para operá-lo adequadamente, realizando todas as transações inerentes a este Pregão.

4.8 O licitante é responsável pela comunicação imediata ao provedor do Sistema de qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para fins de imediato bloqueio de acesso.

4.9 O licitante responsabilizar-se-á pela utilização da chave de identificação e senha de acesso ao Sistema para participar do Pregão na forma eletrônica.

4.10 O licitante é responsável por solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio, evitando utilizações indevidas por parte de postostos e/ou terceiros.

4.11 O licitante responsabilizar-se-á pelos ônus decorrentes de eventuais perdas de negócios, como também das sanções cabíveis, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão

## **5 AS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE**

5.1 O particular interessado em participar da presente licitação OBRIGA-SE a:

- a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações e demais informações cadastradas no Sistema COMPRASNET;
- b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta no Sistema COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;
- c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação e a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitado no presente Edital (e seus apêndices);
- d) Manter-se *logado (online)* ao Sistema COMPRASNET e acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica;
- e) Atender tempestivamente aos chamados do Pregoeiro via *CHAT*;
- f) Prestar as informações e/ou encaminhar os documentos solicitados pelo Pregoeiro durante a Sessão, observando as condições e prazos fixados neste Edital e seus Anexos;
- g) Acompanhar as informações e/ou documentos disponibilizados no sítio oficial da Instituição em relação ao presente certame, por meio do endereço eletrônico <<http://www.maceio.al.gov.br>>, na seção de editais e licitações;
- h) Cumprir a proposta cadastrada ou o lance registrado;
- i) Assinar ou retirar o termo de contrato ou equivalente (item **29.1**), caso seja vencedor do certame;
- j) Manter-se em situação regular em relação às condições de participação e de habilitação até a data da assinatura ou retirada do termo de contrato ou equivalente (item **29.1**), caso seja vencedor;
- k) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- l) Não cometer fraude fiscal;
- m) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente;
- n) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de lances;
- o) Não indicar no cadastro da proposta eletrônica no ComprasNet qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa para fins de garantia do anonimato da fase competitiva;
- p) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail.

## **6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

6.1 O processamento desta licitação será realizado sempre em SESSÃO PÚBLICA ONLINE via Sistema COMPRASNET, sendo iniciado na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo, nos termos fixados neste Edital e seus anexos.

6.2 Poderão participar da presente licitação os interessados que:

- a) Possuir prévio cadastro no SICAF (item **2**) e acesso ao sistema eletrônico provido pelo Ministério da Economia (ME), por meio do Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)> .
- b) Cadastrar proposta eletrônica vinculada ao presente Pregão, em vernáculo e na moeda corrente nacional, até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame.
- c) Realizar as declarações eletrônicas obrigatórias diretamente no Sistema COMPRASNET (item **8.6**), por meio das opções “sim” ou “não”, até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame.

d) Encaminhar, exclusivamente via Sistema COMPRASNET, a proposta comercial (e seus respectivos documentos técnicos) e os documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus apêndices), até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame.

e) não se enquadrarem em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item **4.3** deste Edital.

6.3 **NÃO PODERÁ PARTICIPAR** da presente licitação interessado que:

a) não cumprir os requisitos formais indicados no item anterior;

b) tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração do Termo de Referência, nos termos do art. 9º da Lei 8.666/1993;

c) seja empresa estrangeira sem autorização de funcionamento no País;

d) esteja com o direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE MACEIÓ suspenso, nos termos do disposto no art. 87, inc. III, da Lei 8.666/1993, por decisão definitiva do Prefeito;

e) esteja impedida de licitar e de contratar com o MUNICÍPIO DE MACEIÓ, nos termos do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, por decisão definitiva de órgão ou entidade do Município;

f) tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública, nos termos do art. 87, inc. IV, da Lei 8.666/1993, por decisão definitiva de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por força do art. 46, da Lei 8.443/1993, determinado pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

g) sociedades empresárias reunidas em CONSÓRCIO, tendo em vista a natureza e dimensão do objeto e o permissivo contido no art. 33 da Lei 8.666/1993;

h) empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial, ressalvado se houver a apresentação de certidão de recuperação judicial ou extrajudicial e comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

6.4 A verificação dos impedimentos e condições de participação, previstos no item anterior, ocorrerá somente após a fase de lances, momento no qual o Sistema COMPRASNET permite a identificação das empresas participantes do certame.

6.5 Analisadas as **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**, o Pregoeiro decidirá fundamentadamente em relação à **DECLASSIFICAÇÃO** do licitante no certame.

## **7 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

7.1 O pedido de esclarecimentos referente a este procedimento licitatório deverá ser enviado ao Pregoeiro, até o **TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR** à data da sessão pública inicial do certame, por meio de registro em campo próprio no nosso sítio eletrônico <<http://www.maceio.al.gov.br>>.

7.2 O Pregoeiro, com apoio da área técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência e da equipe de apoio, prestará os esclarecimentos formalmente solicitados, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, por meio de registro em campo próprio no nosso sítio eletrônico <<http://www.maceio.al.gov.br>>, bem como a resposta será publicada no Sistema COMPRASNET.

7.3 Até o **TERCEIRO DIA ÚTIL** à data da sessão pública inicial do certame, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **IMPUGNAR** o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser registrada em campo próprio no nosso sítio eletrônico <<http://www.maceio.al.gov.br>>.

7.4 O Pregoeiro, com apoio da unidade técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência e da equipe de apoio, **DECIDIRÁ** sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, por meio de registro em campo próprio no nosso sítio eletrônico <<http://www.maceio.al.gov.br>>.

7.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação

7.7 Acolhida a impugnação contra este Edital e seus anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

7.8 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)>, bem como no sítio oficial do Município de Maceió <<http://www.maceio.al.gov.br>> para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes em potencial, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas, que vincularão os participantes e a administração.

7.9 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital e seus anexos, apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão ou licitante que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a realização normal da sessão.

## **8 DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA COMPRASNET**

8.1 A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual ao Sistema COMPRASNET de cada licitante, mediante prévio cadastro da proposta comercial eletrônica (cadastro da proposta inserida diretamente no sistema comprasnet que deverá ser sem identificação do licitante) e anexação obrigatória da proposta comercial (proposta comercial anexada que deverá ser identificada) e da documentação de habilitação exigidos neste Edital (e seu ANEXO I), até a data e horário previsto para abertura da sessão do certame, **que não será inferior a 08 (oito) dias contados da data de publicação do aviso do edital.**

8.2 **ATENÇÃO:** À luz do disposto no art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, o licitante deverá, obrigatória e previamente, registrar sua proposta de preços no Sistema, como também ENCAMINHAR EXCLUSIVAMENTE VIA COMPRASNET, de forma concomitante e apenas até a data e horário marcados para abertura da sessão, a respectiva proposta comercial escrita (juntamente com os documentos e informações técnicas de comprovação da qualidade do objeto proposto) e a documentação de habilitação, observadas as exigências contidas nos itens **17 e 19** deste Edital.

8.3 O licitante deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

8.4 Até a abertura da sessão do certame, o licitante poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos à proposta comercial e/ou habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta

8.5 **Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o licitante, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.**

8.6 No momento do **cadastro da proposta** comercial (**que deverá ser sem identificação**) deverá o licitante, além de anexar a respectiva **proposta comercial escrita (proposta comercial com identificação)** e a documentação de habilitação, realizar as seguintes declarações, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

- a) para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- b) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus apêndices, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
- d) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- f) no caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- g) que objeto serão executados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- h) que cumpre os requisitos do Decreto Federal nº 7.174/2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso;

8.7 **ATENÇÃO:** As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de fax, e-mail ou pelo Sistema COMPRASNET.

8.8 A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item **8.6** deste Edital sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

8.9 O registro de proposta comercial eletrônica vinculado ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 DIAS, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- c) compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (ANEXO I).
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta, a partir da data da abertura da sessão eletrônica.
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus anexos.
- f) obrigação de participar ativamente do certame (*ONLINE*) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro.
- g) compromisso para com a futura ARP – Ata de Registro de Preços e/ou de toda contratação dela decorrente.

8.10 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8.11 **ATENÇÃO:** No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos materiais constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes do termo de referência (ANEXO I).

8.12 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

8.13 **ATENÇÃO:** Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

8.14 **ATENÇÃO:** Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao Pregoeiro por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição

## **9 DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA**

9.1 A Sessão Pública eletrônica deste Pregão será conduzida por Pregoeiro, designado pela autoridade competente, sendo a abertura prevista para a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do Sistema COMPRASNET no sítio eletrônico <[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)>.

9.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo Pregoeiro e constará da Ata da Sessão eletrônica.

9.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, registrar os lances, anexar os documentos e prestar as informações solicitadas, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da preclusão de direitos ou da perda de negócios, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4 A não anexação ou envio de documentos exigidos no Edital e seus Anexos, bem como a não prestação de informações ou o não pronunciamento em relação a questão suscitada pelo Pregoeiro, além de poder acarretar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

9.5 Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva Ata da Sessão, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio do Portal de Compras Governamentais.

9.6 Na hipótese de ocorrer desconexão do Pregoeiro no decorrer da Sessão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.7 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24 HORAS após comunicação expressa aos participantes, por meio do Portal no sítio ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

9.8 Cabe ao licitante acompanhar continuamente as informações e documentos divulgados ou disponibilizados por meio do sítio oficial da Instituição na Internet <<https://www.maceio.al.gov.br>>.

9.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando no Sistema COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10 Em face do horário, poderá o Pregoeiro estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

## **10 DA ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS**

10.1 O Pregoeiro verificará preliminarmente as propostas comerciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem formalmente conformes com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, respeitados os limites das informações disponíveis.

10.2 Será DESCLASSIFICADA a proposta comercial cadastrada no Sistema COMPRASNET que não indicar a marca, modelo e/ou referência do produto cotado (se for o caso).

10.3 Não serão aceitas propostas que indiquem quantidade inferior àquela indicada no Termo de Referência (ANEXO I).

10.4 Qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa vir a identificar o licitante perante os demais concorrentes poderá importar na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

10.5 A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

10.6 Somente os licitantes com propostas julgadas em conformidade com as exigências formais do Edital e seus anexos participarão da fase competitiva de lances.

10.7 Na etapa de apresentação da proposta e documento de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o julgamento.

10.8 **Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.**

10.9 Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o Pregoeiro declarará deserto o certame.

10.10 Caso todas as propostas cadastradas forem DESCLASSIFICADAS, o Pregoeiro declarará frustrado o certame.

## **11 DA ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS**

11.1 A etapa competitiva do certame dar-se-á com o anonimato dos participantes para fins de garantia da lisura do certame.

11.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes aptos poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo automaticamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.3 Os lances serão apresentados, por cada licitante apto, de forma sucessiva, sempre com valores inferiores em relação aos últimos registrados por eles e registrados pelo Sistema COMPRASNET, sendo aceitos LANCES INTERMEDIÁRIOS.

11.4 Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante (anonimato).

11.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

11.7 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

11.8 Durante a ETAPA COMPETITIVA, não serão aceitos dois ou mais lances de valores iguais, prevalecendo sempre aquele que for recebido e registrado primeiro no Sistema COMPRASNET.

11.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

b) A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

c) Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

d) **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos)** para todos os itens;

e) Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

11.10 Em caso de falha no Sistema COMPRASNET, os lances em desacordo com os procedimentos e ritos fixados neste item deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

11.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá figurará na ordem de classificação final com o valor de sua proposta eletrônica inicial.

11.12 Havendo desconexão do Pregoeiro durante a ETAPA DE DISPUTA, deverão ser observadas as regras fixadas nos itens 9.6 e 9.7 deste Edital.

11.13 Serão as propostas ou lances finais CLASSIFICADOS, automaticamente, em ORDEM CRESCENTE DE VALORES, segundo o critério objetivo de MENOR PREÇO POR ITEM.

11.14 Havendo empresa em situação especial que garanta exercício de direito a tratamento diferenciado, o Sistema COMPRASNET iniciará automaticamente fase específica de desempate (Item 12).

11.15 Se não houver lances na ETAPA COMPETITIVA e isso resultar no empate de duas ou mais propostas, o desempate será realizado POR SORTEIO ELETRÔNICO pelo próprio Sistema COMPRASNET.

## **12 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPPS E DA MARGEM DE PREFERÊNCIA**

12.1 Quanto ao(s) Item(ns) com AMPLA PARTICIPAÇÃO, na fase de PROPOSTA, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME's, EPP's E COOPERATIVAS, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de grande porte, e houver proposta apresentada por ME/EPP de valor até 5% superior ao da melhor proposta, o sistema Comprasnet, automaticamente, procederá da seguinte forma:

a) a ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 MINUTOS, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital e seus Apêndices, será esta reclassificada como melhor proposta do certame.

b) não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP convocada pelo sistema, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 MINUTOS.

c) havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar nº 123/2006, exercerá tal direito prioritariamente aquele cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema em primeiro lugar.

d) o sistema encaminhará mensagem automática, por meio do CHAT, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 MINUTOS, sob pena de decair do direito concedido.

12.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes exercer os direitos de preferência descritos anteriormente, será mantida a ordem classificatória original do certame.

12.3 Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos DIREITOS DE PREFERÊNCIA fixados no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, bem como no art. 3º da Lei nº 8.248/1991, regulamentadas pelo Decreto nº 7.174/2010, será assegurando a preferência sucessiva pela contratação de bens e serviços:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.3.1 O DIREITO DE PREFERÊNCIA aqui previsto apenas poderá ser exercido se houver proposta(s) de valor até 10% superior ao da melhor classificada, segundo a ordem de classificação após a preferência das ME's/EPP's ou da fase de lances, observados a ordem de preferência indicada na legislação.

12.3.2 Tratando-se de bens e serviços de TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação, a comprovação da condição especial do objeto que garanta o exercício do DIREITO DE PREFERÊNCIA versado neste item deverá ocorrer por meio da apresentação dos documentos indicados no art. 5º do Decreto nº 7.174/2010.

12.3.3 Quando convocada pelo Sistema COMPRASNET, via CHAT, o licitante deverá apresentar proposta igual ou inferior à do licitante melhor classificado, no prazo de 5 MINUTOS, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

12.3.4 Caso a preferência não seja exercida na forma das alíneas anteriores, o sistema convocará as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista neste item, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito; e,

12.3.5 Na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de preferência descrito neste item, será mantida a ordem classificatória do certame.

12.3.6 Na hipótese de não haver empresas nessas condições, o procedimento licitatório prossegue automaticamente com os demais licitantes, sem que haja qualquer referência a presente fase.

12.4 Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME's/EPP's que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme as seguintes regras:

a) em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada e julgado "habilitada" a empresa no certame;

b) será assegurado o prazo de 05 DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato (item **29.1**), prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;

c) a não regularização da documentação fiscal no prazo indicado no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus apêndices;

d) no caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultado à ALICC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a ARP, ou até cancelar a licitação.

### **13 DA AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

13.1 Encerrada a ETAPA COMPETITIVA, e transcorrida a fase de exercício do direito de preferência (se for o caso), o Pregoeiro verificará o cumprimento das CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, realizando as seguintes consultas/diligências:

a) Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf>;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

c) Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil, no link <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/consultas-cnpj>.

13.2 Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ A PROPOSTA DO PARTICULAR, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO do Sistema COMPRASNET.

### **14 DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO**

14.1 O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

14.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

14.3 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

14.4 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal deste Órgão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas contratadas, para orientar sua decisão.

14.5 Caso todos os licitantes tenham apresentado preços finais superiores ao MÁXIMO FIXADO NO EDITAL, será realizada negociação prévia (item 13 deste Edital), na ordem de classificação, para fins de redução de preços. Não logrando sucesso tal negociação, o Pregoeiro procederá à desclassificação de todas as propostas, podendo declarar FRUSTRADO O CERTAME, ou aplicar a regra prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93.

### **15 DA NEGOCIAÇÃO**

15.1 Aceita a proposta melhor classificada por ITEM, o Pregoeiro procederá à negociação por meio do CHAT, sendo o licitante convocado para, no prazo fixado pelo Pregoeiro (que não será inferior a 10 minutos), pronunciar-se quanto à possibilidade ou não da redução dos preços, prorrogável a pedido do licitante e a critério do Pregoeiro.

15.2 Eventuais reduções de preços alcançadas na negociação serão registradas no sistema diretamente pelo Pregoeiro, por ocasião da classificação das propostas.

15.3 Na ausência de manifestação do licitante quanto à convocação disposta no item **15.1** deste Edital, o Pregoeiro poderá dar seguimento ao certame, prevalecendo o valor do último lance ofertado, SALVO SE O PREÇO FINAL PROPOSTO FOR SUPERIOR AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

15.4 Caso o PREÇO FINAL da proposta melhor classificada seja superior ao PREÇO MÁXIMO, e não havendo sucesso na negociação junto a tal licitante, proceder-se-á na forma fixada no item 14.5 deste Edital.

## **16 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

16.1 Nos termos **fixados no Item 8** deste Edital, a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA (e os documentos técnicos pertinentes ao objeto), como também a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, deverão ser, previa e exclusivamente, anexadas ou enviadas pelo Sistema COMPRASNET, até a data e horário de abertura da sessão pública do certame, podendo o Pregoeiro, a seu critério e considerando a natureza do objeto e as regras editalícias, solicitar durante a fase de aceitação e julgamento:

a) Via CHAT, que a empresa encaminhe a proposta comercial ajustada ao lance final, como também eventual documentação complementar necessária ao julgamento, por meio da opção "ENVIAR ANEXO" do Sistema COMPRASNET, no prazo de 02 (duas) HORAS, contados da convocação do Pregoeiro, prorrogável a pedido do licitante e/ou a critério do Pregoeiro, prorrogável a pedido do licitante e/ou a critério do pregoeiro, desde que a situação assim exija;

b) Na impossibilidade do encaminhamento da proposta ou documentação via Sistema COMPRASNET, a pedido da licitante, devidamente registrado no chat, e com anuência do pregoeiro (ATENÇÃO: Lembrar que qualquer encaminhamento de proposta ou documentação antes do fim da etapa de disputa prejudicará o anonimato), a documentação poderá ser enviada para o e-mail [gerencia.licitacoes@alicc.maceio.al.gov.br](mailto:gerencia.licitacoes@alicc.maceio.al.gov.br), observados os prazos fixados. Neste caso, a referida documentação será disponibilizada no site oficial da ALICC (<http://www.maceio.al.gov.br/editais>).

c) Se o licitante não estiver logado e/ou não responder, via CHAT, à convocação do Pregoeiro, terá o prazo indicado na alínea "a" deste item para envio da documentação solicitada, sob pena de decair do direito de participar da licitação e ter sua proposta DESCLASSIFICADA ou ser INABILITADO, observado o disposto no item 9.4 deste Edital;

d) Para fins de viabilização operacional, o Pregoeiro poderá convocar e reconvocar "Anexo" quantas vezes se fizerem necessárias, tendo em vista a finalidade do ato e a ampliação da competitividade;

e) **Os documentos complementares à proposta e à habilitação quando necessários a confirmação dos documentos exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances.**

16.2 Sob pena de INABILITAÇÃO ou DESCLASSIFICAÇÃO, toda a proposta e documentação exigida neste Edital (e seus apêndices) deverá ser emitida em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a) no caso em que o licitante seja matriz, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da matriz;

b) no caso em que o licitante seja filial, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito (CND) perante o INSS, desde que conste no próprio documento a validade para a matriz e a filial; como também, quanto ao Certificado de Regularidade de Situação (FGTS), para o licitante que proceda ao recolhimento dos encargos de forma centralizada;

c) será dispensada a apresentação, no nome e no CNPJ da filial, daquele documento que pela própria natureza apenas seja emitido em nome da matriz;

d) o CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento do licitante que efetivamente executará o objeto da presente licitação.

e) Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

16.3 Em se tratando de ME/EPP, e havendo alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, será assegurado o prazo de 05 DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato (item **29.1**), prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões.

16.4 A não regularização da documentação fiscal no prazo indicado no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus apêndices, sendo facultado ao Município de Maceió convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar o do termo de contrato (item **29.1**), ou até cancelar a licitação.

16.5 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira (quando presente no SICAF), assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

16.6 Na hipótese de o licitante não atender ao chamado para anexar ou enviar a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA, poderá o julgamento ser realizado com base na proposta comercial eletrônica inicialmente cadastrada no sistema COMPRASNET, caso conste descrição completa do objeto licitado com todas as informações necessárias e suficientes, de maneira que seja possível a análise da qualidade do objeto proposto, a critério do Pregoeiro.

16.7 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar documentação complementar à proposta e habilitação, poderá ser DESCLASSIFICADO ou INABILITADO e sujeitar-se-á às SANÇÕES ADMINISTRATIVAS previstas neste edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

16.8 As empresas participantes do certame somente deverão encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente previstos no Edital (e seus apêndices) e/ou solicitado pelo Pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (CHAT), sob pena de serem estes descartados.

16.9 A documentação original ou cópia autenticada, caso seja solicitada expressamente pelo Pregoeiro, deverá ser encaminhada, no prazo de 05 DIAS ÚTEIS, contado da solicitação, ao endereço constante no preâmbulo deste Edital e em atenção à Gerência de Licitações desta ALICC.

16.10 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, salvo para aqueles documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe, que serão enviados exclusivamente por meio de sistema.

16.11 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

## **17 DA PROPOSTA COMERCIAL**

17.1 Havendo aceitação da proposta comercial eletrônica classificada em primeiro lugar, o pregoeiro solicitará do(s) licitante(s) vencedor(es) o encaminhamento da proposta comercial escrita, devidamente ajustada ao último lance ou ao valor negociado.

17.2 A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA deverá conter, preferencialmente, as seguintes informações e documentos (modelo ANEXO IV):

a) folha de rosto em papel preferencialmente timbrado da empresa, contendo a firma ou denominação do particular, inclusive com o número do CNPJ, endereço, telefone e e-

mail, bem como referência ao número do presente certame, o nome do Órgão a quem se destina, valor global em algarismos e por extenso, prazo de validade, e outras informações pertinentes;

- b) indicação da quantidade e dos preços unitário e total, conforme especificações contidas no termo de referência (ANEXO I);
- c) fabricante, marca, modelo e/ou referência do objeto cotado (se for o caso);
- d) certificações, rotulagens, autorizações ou outros documentos exigidos no Termo de Referência, se houver (ANEXO I);

17.3 O Pregoeiro convocará o(s) particular(es), via *CHAT*, para encaminhar a respectiva proposta, por meio da opção "Enviar Anexo" no Sistema COMPRASNET, **no prazo de 02 (duas) HORAS**, podendo esse prazo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do Pregoeiro.

## **18 DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL**

18.1 O julgamento da proposta será realizado pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE QUALIDADE do objeto proposto pelo licitante e as disposições do Termo de Referência (ANEXO I).

18.2 O Pregoeiro poderá solicitar PARECER TÉCNICO à unidade solicitante, para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.3 Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens **16.8 a 16.10** deste Edital:

- a) deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital e seus anexos;
- b) indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade e às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (ANEXO I);
- c) não contenha quantidade numérica e unidade métrica, conforme contida no Termo de Referência (ANEXO I).

18.4 Será CLASSIFICADA a proposta que atende satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus anexos, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência (ANEXO I).

18.5 Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus anexos, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

18.6 Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus anexos, o Pregoeiro passará à fase de habilitação.

18.7 Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus anexos que não afetem a essência da proposta do licitante poderão ser dispensadas pelo Pregoeiro, ou até mesmo complementadas via sistema (via *CHAT*) ou da ferramenta "Enviar Anexo", a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame, mediante despacho fundamentado.

18.8 Quaisquer modelos apensos (ou anexados) a este Edital servem apenas como orientação aos licitantes, não sendo motivo de desclassificação, a apresentação de propostas ou documentos que sejam elaboradas de forma diferente, mas que contenham os elementos essenciais para comprovação das informações necessárias.

18.9 No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o pregoeiro poderá:

- a) solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

- b) solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;
- c) sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- d) realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via *CHAT*, na ata dos trabalhos.

18.10 Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de o Pregoeiro passar à análise da subsequente, haverá nova verificação automática, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo reabrir-se os procedimentos previstos no item **10** deste Edital.

## **19 DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

19.1 A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO no presente certame compreenderá, a qual deverá ser, prévia e exclusivamente, encaminhada via Sistema COMPRASNET, até a data e horário de abertura da sessão eletrônica inicial do certame:

19.1.1 **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (conforme o caso):

- a) EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: documento comprobatório da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis competente (Junta Comercial);
- b) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - CCMEI - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <[www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)>;
- c) EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) – ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso);
- d) SOCIEDADE EMPRESÁRIA: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso), JUNTAMENTE com o último aditivo, ou SOMENTE o ato constitutivo consolidado e aditivos firmados posteriormente à referida consolidação;
- e) SOCIEDADE POR AÇÕES: além dos documentos exigidos no subitem anterior, apresentar os documentos de eleição de seus administradores;
- f) SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g) EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- h) COOPERATIVAS: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

19.1.2 **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

#### 19.1.3 **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ITEM 8 DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

- a) As licitantes deverão apresentar no mínimo um atestado ou certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou serviços compatível com o objeto desta licitação. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documento(s) devidamente assinado(s), carimbado(s) preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os serviços.

#### 19.1.4 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 19.1.4.1 Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- 19.1.4.2 Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei;
- 19.1.4.2.1 Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial assim apresentado:
  - a) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):
    - a.1) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
  - b) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
    - b.1) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
    - b.2) por fotocópia do Balanço Patrimonial devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
  - c) sociedade criada no exercício em curso ou com integralização do Capital Social:
    - c.1) fotocópia do Balanço de Abertura (ou atualizado), devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
  - d) O Balanço Patrimonial deve estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
  - e) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas, os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 UM:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- e.1) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), calculados e informados no BP ou certidão SICAF, deverão comprovar o Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

- 19.1.4.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 19.1.4.2.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 19.1.4.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 19.1.4.2.5 O prazo limite para fechamento das Demonstrações Contábeis é até o último dia do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração.

### **19.1.5 DECLARAÇÕES**

19.1.5.1 MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - Declaração eletrônica de que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

19.1.5.2 NÃO EMPREGA TRABALHO DE MENOR - Declaração eletrônica de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

19.1.5.3 NÃO UTILIZA TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO - Declaração eletrônica de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

19.1.5.4 INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO - Declaração eletrônica de que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

19.1.5.5 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO - Declaração eletrônica de que cumpre plenamente as condições de habilitação fixadas no Edital e seus apêndices;

19.1.5.6 ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA - Declaração eletrônica de que elaborou de forma independente a proposta comercial e seu(s) lance(s).

19.2 As declarações exigidas no subitem **19.1.5** deverão ser realizadas eletronicamente no momento do cadastro da respectiva proposta e poderão ser extraídas pelo Pregoeiro diretamente do Sistema COMPRASNET, não sendo de apresentação ou encaminhamento obrigatório pelo licitante.

19.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação, o documento de comprovação do enquadramento como ME ou EPP, bem como toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL, mesmo que esta apresente alguma restrição.

19.4 O licitante que estiver com registro regular e em situação válida no SICAF, nos níveis de "Credenciamento", "Habilitação Jurídica" e "Regularidade Fiscal", poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA e REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, exceto as certidões indicadas no subitem **19.1.2** que não constem no cadastro do fornecedor ou cujo prazo de validade estejam expirados.

19.5 A critério do Pregoeiro, caso haja disponibilidade ON LINE e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

19.6 Não havendo indicação no corpo da própria certidão ou documento oficial apresentado para comprovação das exigências de habilitação previstas nesta cláusula, serão considerados válidos todos aqueles emitidos há, no máximo, 180 DIAS da data da sessão inicial do presente certame.

## **20 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

20.1 Havendo julgamento favorável à classificação da(s) proposta(s) comercial(is), o Pregoeiro poderá convocar o(s) particular(es), via CHAT, para encaminhar ao Sistema COMPRASNET, por meio da opção “ENVIAR ANEXO”, **no prazo de 02 (duas) HORAS** (podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e a critério do Pregoeiro), DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, ou até mesmo documento de habilitação que deveria ter sido anexado anteriormente ao Sistema COMPRASNET, observada a regra contida no itens **20.2 a 20.6** e os procedimentos e regras fixados no item **16** deste Edital.

20.2 Será acessado o SICAF para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, para fins de verificação parcial da habilitação de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

20.3 Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações eletrônicas para fins de cumprimento do exigido no subitem **19.1.5** deste Edital.

20.4 Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em SÍTIOS OFICIAIS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES EMISSORES DE CERTIDÕES E/OU DOCUMENTOS DIVERSOS, como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

20.5 Caso o licitante não seja cadastrado no SICAF, ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencida, poderá o Pregoeiro e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

20.6 Poderá ser INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item **17** deste Edital;
- b) apresentar certidão ou outro documento com prazo de validade vencido, ressalvadas os permissivos contidos nos itens **16.3 e 19.3** deste Edital;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item **16.2** deste Edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus apêndices

20.7 Sendo o licitante ME/EPP, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura ou ciência do termo de contrato (item **29.1**), prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior, haverá a decadência do direito à contratação, sendo facultado o Município de Maceió convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a ARP, ou até cancelar a licitação.

20.8 Será HABILITADO o licitante que comprovar satisfatoriamente todas as capacidades subjetivas exigidas no item **19** deste Edital.

20.9 No julgamento da habilitação, poderá o Pregoeiro adotar os procedimentos, diligências e decisões previstas nos itens **18.7** a **18.9** deste Edital, sempre no sentido de sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

## **21 DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

21.1 Declarado o(s) vencedor(es), o pregoeiro abrirá prazo mínimo de 30 MINUTOS, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER** com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s).

21.2 O recurso administrativo poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo Pregoeiro durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

21.3 Havendo registro de **INTENÇÃO DE RECURSO**, o Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.

21.4 Será rejeitada a **INTENÇÃO DE RECURSO** de caráter protelatório que:

- a) seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b) seja intempestiva;
- c) não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo Pregoeiro no certame; e/ou
- d) fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

21.5 A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita terá o prazo de 03 DIAS para apresentar as razões do recurso, por meio de registro no sistema, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

21.6 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio Sistema COMPRASNET.

21.7 Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o pregoeiro deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

- a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,
- b) manter inalterada a decisão recorrida.

21.8 Em qualquer das situações contidas no item **21.7**, o processo deverá ser submetido, depois de devidamente instruído pelo Pregoeiro, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente:

- a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do Pregoeiro.
- b) determinar prévia emissão de pareceres da área técnica interessada e/ou parecer jurídico para fins de decisão.

21.9 Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

21.10 A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema importa preclusão do direito e julgamento do recurso, segundo os fatos e fundamentos indicados na própria intenção.

21.11 Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

21.12 Na análise e julgamento do recurso, poderá o pregoeiro baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica responsável pela especificação do objeto, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

21.13 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame (item **22**).

21.14 No caso de licitações com julgamento **POR ITEM/GRUPO**, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação.

## **22 DA REABERTURA DA SESSÃO**

22.1 A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a 24 HORAS, em relação ao(s) ITEM(NS)/GRUPO(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

- a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, sendo retroagido o certame aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
- c) Licitante declarado vencedor que não assinar e retirar o termo de contrato (item **27.1**), sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
- d) ME/EPP com restrição da habilitação fiscal e trabalhista que seja vencedora do certame e não comprovar tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento de assinar e retirar o termo de contrato (item **27.1**), sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

22.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados no Sistema COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observadas os seguintes meios:

- a) A convocação se dará por meio do Sistema COMPRASNET (*CHAT* ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados; e,
- c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do sítio oficial da Instituição, <[www.maceio.al.gov.br](http://www.maceio.al.gov.br)>, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

22.3 À Sessão Pública reaberta aplica-se todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que se retomarem os trabalhos.

## **23 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

23.1 Quando não houver recurso administrativo, o Pregoeiro encerrará a sessão e ADJUDICARÁ o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, o Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da autoridade competente para fins de HOMOLOGAÇÃO.

23.2 Caso haja RECURSO ADMINISTRATIVO, o processo será submetido à superior consideração da autoridade competente para fins de decisão final do recurso, homologação do certame e adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es), POR ITEM.

23.3 Por meio de DESPACHO fundamentado, poderá a autoridade competente:

- a) homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;

- b) anular, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) revogar, total ou parcialmente, o certame por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

23.4 Não havendo homologação do certame, decorridos 90 DIAS da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

## **24 DA PUBLICIDADE**

24.1 O presente Edital será publicado, em forma de aviso, nos termos estabelecidos no artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.417/2004, segundo valor de seu objeto:

- a) no Diário Oficial do Município de Maceió, em todos os casos.
- b) no Portal de Compras Governamentais, em todos os casos.
- c) no Diário Oficial da União, quando a fonte de Recursos for Federal.
- d) no jornal de circulação local, para objetos de valor superior a R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil) até 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil).
- e) no jornal de grande circulação regional ou nacional, para objetos de valor superior a R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil).

24.2 Todos os atos do procedimento licitatório durante a chamada fase externa serão divulgados via Internet <[www.maceio.al.gov.br](http://www.maceio.al.gov.br)> e no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET <[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)>.

24.3 O termo de contrato (item 27.1) será publicado, em forma de extrato, no DOM.

## **25 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

25.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento do Município de Maceió para o presente exercício, classificadas no(s) elemento(s) de despesa e programa(s) de trabalho indicado(s) no orçamento de cada órgão integrante da estrutura administrativa do Município de Maceió.

## **26 DO PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

26.1 A liquidação e o pagamento da despesa será realizado conforme disposto no Termo de Referência (ANEXO I).

26.2 Havendo atraso de pagamento por parte da Administração, e não tendo o particular concorrido de alguma forma para tanto, será devida correção monetária do valor devido, entre a data prevista para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, onde:**

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} I = \frac{(6 / 100)}{365} I = 0,0001644$$

em que TX é o percentual da taxa anual no valor de 6%

## **27 DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS**

27.1 Os preços referentes ao(s) objeto(s) contratado(s) **poderão ser reajustados**, observadas as regras fixadas no Termo de Referência (Anexo I).

27.2 Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados nos arts. 57, § 1º, 58, § 2º e 65, II, d, e §§ 5º e 6º, todos da Lei nº 8.666/1993.

27.3 No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

## **28 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

28.1 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes deste certame, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pertinente:

- a) **advertência**, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Administração;
- b) **multa diária de 0,3%** (três décimos percentuais);
- c) **multa de 5%** (cinco por cento);
- d) **multa de 10%** (dez por cento);
- e) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com o Município de Maceió e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º. da Lei nº 10.520/2002;

28.2 Os licitantes e a(s) signatária(s) do(s) respectivo(s) contrato(s), estarão sujeitos às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:

- a) Infrações de menor gravidade que não acarretem prejuízos à Administração ou ao interesse público primário: aplicação da sanção prevista na alínea “a”;
- b) Comportar-se de modo inidôneo ou de forma a tumultuar o certame: aplicação da sanção prevista na alínea “b” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor);
- c) Cadastrar propostas comerciais eletrônicas com valores exorbitantes em relação ao valor máximo: aplicação da sanção prevista na alínea “b” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor);
- d) Deixar de entregar documentação exigida no edital ou solicitada pelo Pregoeiro: aplicação da sanção prevista na alínea “b” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor);
- e) Não apresentar a documentação e informações necessárias à contratação: aplicação da sanção prevista na alínea “b” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor);
- f) Utilizar robô ou outro meio automático de envio de lances para obter vantagem na competição: aplicação da sanção prevista na alínea “c” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor)
- g) Não apresentação de situação fiscal e trabalhista regular no ato da assinatura do termo de contrato (item **27.1**), salvo exceção do item **18.7**: aplicação da sanção prevista na alínea “c” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor)
- h) Apresentar documentação falsa: aplicação da sanção prevista na alínea “c” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor)
- i) Fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal: aplicação da sanção prevista na alínea “c” (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor)
- j) Recusar-se a assinar o contrato ou equivalente (item **27.1**) dentro do prazo previsto no item **27.3**: aplicação da sanção prevista na alínea “d” (calculada sobre o valor total do Contrato);

28.3 No caso de descumprimento das ocorrências elencadas no Termo de Referência (ANEXO I) serão aplicadas as penalidades definidas no referido documento.

28.4 Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos deste Edital e dos respectivos Contratos, não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

28.5 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no subitem **26.2** ou **26.3**, a empresa ficará isenta das penalidades mencionadas.

28.6 A critério deste Município, nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, e considerando a gravidade da infração cometida, ocorrendo quaisquer das hipóteses indicadas no subitem **26.2**, assim como nos casos previstos no subitem **26.4**, a sanção prevista na alínea “e” do item **26.1** poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com quaisquer das multas previstas nas alíneas “b” a “d” do mesmo dispositivo.

28.7 As multas previstas, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão depositadas a crédito do Município, no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.

28.8 As penalidades fixadas neste item serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Gerência de Contratos e Atas da Agência de Licitações Contratos e Convênios -ALICC, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

## **29 DA CONTRATAÇÃO**

29.1 A contratação do objeto da presente licitação será formalizada por intermédio de termo de contrato (ANEXO III), contendo todas as cláusulas e condições necessárias e suficientes para disciplinar a relação contratual, à luz do disposto nos arts. 55 e 62, da Lei nº 8.666/93.

29.2 A vigência da(s) contratação(ões) decorrente(s) desta licitação observará os prazos e condições fixados no Termo de Referência (ANEXO I).

29.3 O particular vencedor do certame será NOTIFICADO, via e-mail ou por ofício, para, **no prazo de 05 DIAS**, contados da convocação, assinar e retirar a **nota de empenho de despesas ou termo de contrato**, nos termos do art. 64, da Lei nº 8.666/93. O aludido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

29.4 Convocado para assinatura ou aceitar da nota de empenho de despesas ou da autorização de compra, o particular deverá (conforme o caso) apresentar a documentação necessária para tanto, nos termos fixados neste Edital e seus anexos.

29.5 O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

## **30 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

30.1 A critério da Administração, poderá a presente licitação:

a) ter a abertura da sessão ADIADA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial do Município e registro no Sistema COMPRASNET, para fins de obtenção de melhores condições de análise de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, ou por outras razões de interesse da Instituição.

b) ser SUSPENSA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial do Município e registro no Sistema COMPRASNET, para fins de readequação de eventuais falhas e/ou inadequações identificadas.

c) ser REVOGADA, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

d) ser ANULADA, de ofício ou por provocação de terceiros, caso haja ilegalidade ou ilegalidade, mediante Despacho escrito e devidamente fundamentado, podendo ser aproveitados os atos pretéritos ao momento da ilegalidade.

30.2 A anulação do procedimento licitatório induz a da contratação, mantendo-se hígidos todos os atos não contaminados pela ilegalidade declarada.

30.3 Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

30.4 O Pregoeiro, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, no sentido de ampliar a competição e de melhor alcançar a finalidade pública pretendida com o presente certame.

30.5 Na contagem dos prazos previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme determina o art. 110, da Lei nº. 8.666/1993.

30.6 As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público primário, a finalidade e a segurança da contratação.

30.7 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das regras constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

30.8 Será aceito como comunicação oficial e/ou meio de prova das formalidades inerentes a este certame, os documentos, correspondências, comunicação e/ou notificações encaminhadas por fax e e-mail, bem como registradas no Sistema COMPRASNET ou publicada no Diário Oficial, nos termos da legislação.

30.9 Os casos omissos neste edital e seus anexos serão resolvidos pelo pregoeiro, que se baseará nos princípios aplicáveis à Administração Pública e às licitações públicas, como também nas disposições contidas na Leis nºs. 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, nos Decretos nºs 10.024/2019 e na IN nº 05/2017 - SG/MPDG.

30.10 Maiores esclarecimentos e informações sobre este pregão eletrônico serão prestados pelo pregoeiro no endereço constante do preâmbulo deste edital, pelo telefone (82) 3312-5100 ou pelo endereço eletrônico <[gerencia.licitacoes@alicc.maceio.al.gov.br](mailto:gerencia.licitacoes@alicc.maceio.al.gov.br)>.

Maceió/AL, 28 de dezembro de 2023.

Marília Peixoto Barbosa  
Diretora Especial de Licitações e Contratos - ALICC

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### DA APRESENTAÇÃO

À AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE MACEIÓ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº. 9.420 MACEIÓ/AL, 05 DE MAIO DE 2023, compete as atividades de execução, acompanhamento e controle referentes a compras de materiais e contratação de serviços da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive por meio do Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 7.892, de 23 De Janeiro de 2013.

Esta Agência desempenhará as funções do Órgão Gerenciador, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

Verifica-se que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de 01 (um) órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

A Ata de Registro de Preços, decorrente do registro de preços, é documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

#### DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para os serviços de **LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECRETATIVOS** para atendimento aos diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Município de Maceió, nas especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Termo de Referência.

#### JUSTIFICATIVA

2.1 O Município de Maceió tem por competência institucional a promoção e execução de licitações no âmbito do Município, conferindo a AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE MACEIÓ - ALICC a execução desta tarefa, tudo de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 6.592.

**2.2** No âmbito da ALICC está a competência de planejamento, coordenação e controle de procedimentos de compras centralizadas de serviços e materiais de uso comum para atendimento às demandas de todos os órgãos da administração pública Municipal.

**2.3** Para o planejamento das compras centralizadas foram mapeados serviços e materiais de uso comum, entre os diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, para os quais se requer a coordenação e controle de compras visando o constante atendimento da administração.

**2.4** A contratação centralizada proporciona uma melhoria nos procedimentos técnicos e administrativos, além da redução do número de processos licitatórios, auferindo a administração redução de custos operacionais e eficiência gerencial.

**2.5** A realização de elevados números de processos licitatórios, utilizando-se de distintas modalidades de licitação demanda elevados custos operacionais, administrativos e financeiros, além de dificultar a uniformização dos procedimentos e a aplicação das melhores práticas.

**2.6** A unificação e centralização do procedimento de aquisição de materiais e serviços proporciona melhorias no planejamento da demanda física, orçamentária e financeira induzindo a um suprimento eficaz, reduzindo a disparidade de preços na aquisição de produtos da mesma natureza, além da possibilidade de economia de escala, contemplando novas tecnologias.

**2.7** A Administração Pública Municipal ao lançar uma licitação centralizada sinaliza fortemente ao mercado fornecedor de que existe planejamento em suas aquisições e que se busca as melhores negociações.

**2.8** A legislação vigente que regula as aquisições no setor público alberga instrumentos que podem ser utilizados e possibilitam maior eficiência nas aquisições e melhoria na gestão, tais quais a adoção de Sistema de Registro de Preços – SRP.

**2.9** A legislação vigente que regula as aquisições no setor público alberga instrumentos que podem ser utilizados e possibilitam maior eficiência nas aquisições e melhoria na gestão, tais quais a adoção de Sistema de Registro de Preços – SRP.

**2.10** Dentre as vantagens do Sistema de Registro de Preços, definido no Decreto Municipal nº 7.496 de 11 de abril de 2013, destaca-se:

- A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses;
- É dispensável a dotação orçamentária para iniciar a licitação;
- Possibilidade de atendimento aos variados tipos de demandas;
- Redução de volume de estoque;
- Redução do número de licitações;
- Redução dos custos de processamento de licitação;
- Previsão de aquisições frequentes do produto a ser licitado, diante de suas características e natureza;
- Impossibilidade de definir previamente a quantidade exata do objeto a ser adquirido.

**2.11** A contratação desse serviço se faz necessário para garantir a execução dos programas socioassistenciais e ações de atendimento voltadas às populações carentes, em vulnerabilidade social, de baixa renda e de extrema pobreza e às demandas de eventuais situações de risco que dependam do acolhimento provisório disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e para atendimento dos diversos Órgãos deste Município em prol da comunidade carente.

**2.12** Nesse sentido, visando atender a demanda interna dos Órgãos e Entidades municipais, foi mapeada a demanda relativa ao registro de preços para eventual

contratação de locação de brinquedos para festas, para atendimento dos serviços administrados pelos diversos Órgãos do município de Maceió.

**2.13** Nesse sentido, para o exercício regular de suas atividades e atendimento à população em situação de vulnerabilidade, faz-se necessária a aquisição supramencionada neste TR.

**2.14** Justifica-se a pretensão contratação, por se tratar de objeto comum a todos os Órgãos e Entidades municipais.

### **3 DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

**2.15** As especificações, quantidades estimadas, foram realizadas de acordo com o art. 15, § 7º, inciso II, da Lei n. 8.666/93, conforme ETP, constantes dos autos, bem como todas as informações complementares para o regular fornecimento do objeto, deste Termo de Referência, estão descritas no ANEXO I.

### **4 MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**4.1** A contratação se enquadra nas hipóteses de bens e serviços comuns, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, estabelecendo:

*Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.*

*(...)*

*Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

**4.2** Desta forma, levando-se em consideração os documentos existentes no processo, bem como, as especificidades do objeto que se pretende contratar, têm-se como viável que a presente aquisição se dê por intermédio de licitação. A aquisição dar-se-á pela modalidade licitatória denominada pregão, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento e classificação das propostas, **o menor preço por item** observadas as especificações técnicas definidas no Anexo I deste Termo de Referência.

**4.3** O pregão eletrônico ocorrerá sob o modo de **disputa Aberto**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

**4.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado, ao passo que o licitante oferecerá o lance de valor inferior superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.5** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de valor de **R\$ 0,10 (dez centavos)** para todos os itens.

**4.6** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações

**4.7** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**4.8** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 4.9** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;
- 4.10** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 4.11** Tendo em vista o Poder discricionário da Administração Pública, bem como o disposto no art. 14 do Decreto 10.024/2019, fora definido este modo de disputa vislumbrando atender ao princípio da vantajosidade, uma vez que este modo proporciona a escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

## **5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA ESTIMATIVA**

- 5.1** As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento vigente dos órgãos participantes;
- 5.1.1** – Fonte de Recursos: Recursos Próprio ou Federal.
- 5.2** Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil do Órgão.

## **6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DA MONTAGEM DOS BENS**

- 6.1** Sempre que julgar necessário os órgãos participantes solicitarão, durante a vigência da ARP, o fornecimento dos produtos registrados na quantidade necessária, mediante a elaboração do instrumento contratual.
- 6.2** A Contratante não estará obrigada a adquirir os produtos registrados, contudo, ao fazê-lo, solicitará um percentual mínimo de 10% (dez por cento) do seu quantitativo registrado para cada item.
- 6.3** A Contratada deverá fornecer os materiais de acordo com a solicitação da Contratante, através de ordens de fornecimento, consubstanciadas em ofícios, que deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição.
- 6.4** O prazo previsto para prestação dos serviços deverá ser de até 15 (quinze) dias, úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento (via e-mail) ou retirado na sede da Contratante;
- 6.5** Os produtos deverão ser fornecidos, às custas da contratada, nos endereços especificados neste Termo de Referência – TR ou outro indicado pela contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, acompanhados da documentação fiscal, juntamente com cópia da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, no horário das 08h00 às 13h00 de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e dias facultativo, precedida de agendamento, sendo que sua realização não poderá ser em prazo superior a 15 (quinze) dias, a partir da data da solicitação;
- 6.6** A validade e garantia mínima contra vícios será de 12 (doze) meses ou quando envolver produtos, a do fabricante, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, se por prazo superior. Será contada da data do recebimento definitivo;
- 6.7** Os serviços/produtos deverão ser apresentados em ótimo estado de conservação, contendo marca, modelo, referência, fabricante, procedência, entre outros, e de acordo com a legislação em vigor, observadas as suas especificações, no que couber;

**6.8** Os serviços/produtos deverão garantir a integridade dos itens durante todo o transporte até sua entrega, resistindo às condições de chuva e demais intempéries, bem como os procedimentos de carga e descarga, e em especial, atendendo às exigências de conformidade das NBR's 2875, 9460 e 2233, dentre outras aplicáveis ao tipo.

**6.9** Todas as despesas com transportes correrão por conta do licitante vencedor durante a vigência da ata;

**6.10** A licitante vencedora deverá comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, antes da entrega;

**6.11** A contratante poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso esteja em desacordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, fato este que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito a indenização

## **7 DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

---

**7.1** O(s) serviços/produtos(s) serão recebidos pelo servidor responsável no ato da entrega;

a) **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações requeridas neste documento;

b) **Definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de até 05 (cinco) dia úteis. Só então será atestada a nota fiscal.

**7.2** Serão recusados os serviços que apresentarem defeitos ou cujas especificações não atendam às descrições do objeto contratado.

**7.3** O ato de recebimento dos serviços, não importa em sua aceitação. A critério da Contratante, os materiais fornecidos serão submetidos à verificação, cabendo a Contratada a substituição dos materiais que vierem a ser recusados, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação de substituição.

**7.4** Os serviços deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislação pertinentes.

## **8 DA HABILITAÇÃO**

---

### **8.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.1.1** As licitantes deverão apresentar no mínimo um atestado ou certidão expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já realizou serviços compatível com o objeto desta licitação. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documento(s) devidamente assinado(s), carimbado(s) preferencialmente em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os serviços.

### **8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**8.2.1** Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (art. 30, I, da Lei n. 8.666/93);

8.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no CNPJ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.2.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.4 Comprovação da regularidade junto ao INSS (§3º, art. 195, da CRFB)

8.2.5 **Certificado de Regularidade do FGTS** (art. 195, Inciso I, § 3º, da CRFB; art. 47, I, alínea "a" da Lei nº 8.212/91; art. 27, alínea "a" da Lei n. 8.036/90 e art. 2º da Lei n. 9.012/95).

8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#)

8.2.7 Certidões de quitação com as Fazendas: Municipal, Estadual e Federal;

8.2.8 **Declaração de que não contrata menor, salvo na condição de aprendiz** (art. 7º, Inciso XXXIII, da CRFB).

### **8.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.3.1 Cédula de identidade do representante da pessoa jurídica;

8.3.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.3.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.3.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

### **8.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:**

8.4.1 Demonstrar a situação financeira mediante os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) que, deverão ser maiores que um inteiro (>1). No caso de empresas cadastradas no SICAF, a verificação será feita pelo(a) pregoeiro(a), mediante consulta ao sistema, no curso da sessão;

8.4.2 Se a empresa apresentar resultado inferior ou igual a um em qualquer dos índices referidos no item anterior, deverá comprovar, na data da apresentação da documentação, Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da contratação, de acordo com os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei n. 8.666/93;

8.4.3 Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou de Homologação de Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Quando a certidão não trazer em si a data de sua validade, será considerada como válida por 06 (seis) meses, a contar da data de sua emissão;

8.4.4 Declaração da licitante, sob as penas da lei, de que não se encontra em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação.

## **9 DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1 DA CONTRATANTE:**

9.1.1 A contratação se dará através de substitutivo contratual, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93;

9.1.2. Convocar a contratada, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias para assinatura da ARP/Contrato;

9.1.3. Publicar o extrato da Ata/Contrato na forma da Lei;

- 9.1.4. Emitir Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento;
- 9.1.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.1.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução do objeto em tela, fixando prazo para a sua correção;
- 9.1.7. Reservar local apropriado para a recepção dos produtos;
- 9.1.8. Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste documento;
- 9.1.9. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa nas dependências da Contratante para entrega do objeto, deste Termo de Referência, desde que uniformizados e identificados com crachá;
- 9.1.10. Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuado;
- 9.1.11. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 9.1.12. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de representante especialmente designado;
- 9.1.13. Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência;
- 9.1.14. Publicar o Termo de Ratificação, conforme art. 26 da Lei Federal n. 8.666/93;
- 9.1.15. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares contratuais.

## **9.2 DA CONTRATADA**

- 9.2.1. Retirar a ARP/Contrato de Serviços em até 05 (cinco) dias contados da convocação para sua formalização pela Contratante;
- 9.2.2. Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata no limite do quantitativo registrado;
- 9.2.3. Executar o objeto, conforme as especificações, de acordo com a proposta apresentada, obrigando-se a corrigir eventuais vícios dentro do prazo de garantia das peças;
- 9.2.4. Entregar o objeto deste Termo de Referência, dentro do prazo estabelecido no item 6.4, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida, constando detalhadamente as informações necessárias, conforme proposta da empresa vencedora;
- 9.2.5. Efetuar a entrega do objeto do presente TR em perfeitas condições de uso, em estrita observância às especificações da proposta apresentada;
- 9.2.6. Comunicar à Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.2.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, os objetos em tela em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.10 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.2.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.2.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

9.2.13 Alertar a Contratante de eventuais problemas ou interferências que possam afetar a qualidade ou a entrega dos objetos em tela.

9.2.14 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe à Contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1 O pagamento será efetuado pela Contratante, de acordo com o quantitativo efetivamente executado, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

10.2 Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susinado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

10.3 Os pagamentos podem ser realizados com recursos próprios e/ou com recursos de convênios.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 O prazo de validade da ARP será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

11.2 O remanejamento somente ocorrerá entre os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Maceió.

11.3 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pela ALICC, Órgão Gerenciador, entre os órgãos da Administração Pública Municipal de Maceió, participantes e não participantes do procedimento licitatório.

11.4 O remanejamento de que trata o item 11.3 somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.

11.5 No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos § 3º do art. 22 do Decreto nº 7.492, de 11 de Abril de 2013.

11.6 A gestão da ARP caberá à Agência de Licitações, Contratos e Convênios de Maceió - ALICC, situada na Avenida da Paz, Nº 900 - Jaraguá, Maceió - ALCEP: 57022-050 // Telefone: (82) 3312-5100.

11.7 Compete ao Órgão Gerenciador e aos Participantes os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, para registro no SICAF.

11.8 Caberá ao Gerenciador da Ata realizar, periodicamente, pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

11.9 Para efeito do disposto no subitem 11.3, caberá ao Órgão Gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo Órgão Participante, desde que haja prévia anuência do Órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

11.10 Desde que devidamente justificado a vantagem, é permitida aos órgãos e entidades da administração pública a solicitação de adesão a ata de registro de preços, mediante a anuência do órgão gerenciador da ata, bem como a aceitação do fornecedor beneficiado da ata para garantir a viabilidade da contratação, nos termos do Decreto 8.415/2017; e Decreto 7.496,12 de abril de 2013.

## **12. DA CONTRATAÇÃO E PRAZO CONTRATUAL**

12.1 A contratação será pactuada por meio de termo de contrato, nada obstante, com a devida justificativa, a contratação poderá ser substituída por Nota de Empenho e/ou por Ordem de Fornecimento, consoante prevê o ordenamento jurídico pátrio no Art. 62 da lei 8.666/93.

12.2 O prazo para a licitante vencedora assinar o respectivo termo de contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho é de 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no § 1º do art. 64 da Lei Federal nº. 8.666/93, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da mesma lei.

12.3 Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a licitante vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito a contratação independentemente de sujeitar-se às penalidades do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e autorizará a Contratante a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo esta declarada vencedora.

## **13. DA FISCALIZAÇÃO /ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL**

13.1 A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor a ser designado pelo Gestor da Pasta.

13.2 O fiscal da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Expedir ordens de fornecimento;
- b) Acompanhar o recebimento dos materiais;
- c) Fiscalizar a contratação quanto à qualidade desejada e quantidades solicitadas;
- d) Comunicar à Contratada o descumprimento das obrigações assumidas e solicitar à Administração a aplicação de penalidades cabíveis.
- e) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- f) Atestar as notas fiscais relativas ao recebimento do objeto para efeito de pagamentos;

- g) Recusar o objeto que for entregue fora das especificações contidas neste documento ou que forem entregues em quantidades divergentes daquelas constantes na ordem de fornecimento;
- h) Solicitar à Contratada e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações.

#### **14. DO REAJUSTE, DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

---

14.1 Fica proibido o reajuste do valor durante a vigência da ata.

14.2 Após o período mencionado no “caput”, será admitido o reajuste, utilizando-se como base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

14.3 Pode ocorrer a revisão do contrato ou ata, tencionando o reequilíbrio econômico financeiro, desde que haja incidência de fato imprevisível e devidamente justificado, conforme art. 37, XXI, da CF/88, arts. 57, §§ 1º e 2º, 65, II, “d” e § 6º, todos da Lei n. 8.666/93 e arts. 17/19 do Decreto Municipal nº 7.496/2013.

14.4 A revisão deverá incidir a partir da data em que for protocolado, com fundamento no item anterior, o pedido da contratada.

#### **15. DAS SANÇÕES**

---

15.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou demora na execução do Contrato, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções indicadas abaixo, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

15.1.1 Advertência formal: falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos à Administração;

15.1.2 Pelo atraso na entrega do produto em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);

15.1.3 Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do produto, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

15.1.4 Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do primeiro dia após o vencimento do prazo estipulado para a substituição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);

15.1.5 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;

15.1.6 Suspensão temporária, pelo período de até 02 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com o Município de Maceió;

15.1.7 Declaração de inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos.

15.2 Na ocorrência de falhas ou irregularidades diferentes daquelas indicadas no item anterior, a Administração poderá aplicar à futura Contratada quaisquer das sanções listadas no item 15.1, consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

15.3 A critério da Contratante e nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, as sanções previstas nas alíneas “f” e “g” poderão ser aplicadas cumulativamente com quaisquer das multas previstas nas alíneas “b” a “e”.

15.4 As multas previstas, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Documento de Arrecadação

Municipal (DAM) pela futura Contratada no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.

15.5 As sanções fixadas serão aplicadas nos autos do processo de gestão do Contrato, no qual será assegurado à futura Contratada o contraditório e a ampla defesa.

15.6 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega dos produtos, se dia de expediente normal no órgão ou entidade interessada, ou do primeiro dia útil seguinte.

15.7 Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na entrega dos produtos, a Nota de Empenho ou Contrato deverá ser cancelada ou rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

15.8 A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstam a participação em licitação e a contratação, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

15.8.1 Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, a Contratada permanecer inadimplente;

15.8.2 Por até 01 (um) ano, quando a Contratada falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e

15.8.3 Por até 02 (dois) anos, quando a Contratada:

a) Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação; ou

b) For multada, e não efetuar o pagamento.

15.9 O prazo previsto no item 15.8, alínea "C", poderá ser aumentado em até 5 (cinco) anos.

15.10 O descredenciamento ou a proibição de credenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores deste Município são sanções administrativas acessórias à aplicação de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, sendo aplicadas por igual período.

15.11 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada à vista dos motivos informados na instrução processual, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.12 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

As sanções administrativas serão registradas no SICAF.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

16.1 A fiscalização dar-se-á nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93. A responsabilidade pela gestão da contratação ficará a cargo da Coordenadoria Geral Administrativa, através do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.

16.2 Este Termo de Referência, enquanto peça de orientação obrigatória dos procedimentos subsequentes **fora elaborado para atender ao que dispõe o art. 3º, XI, alíneas da “a” à “g”, do Decreto Federal n. 10.024/2019, razão pela qual atestamos o atendimento aos requisitos mínimos, aplicáveis, dos arts. 6º e 7º, I e II, §2º, I, §7º e 14 da Lei n. 8.666/1993.**

16.3 O Setor Técnico competente auxiliará o pregoeiro nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações e análise de propostas.

16.4 Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

16.5 Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados a Agência de Licitações, Contratos e Convênios de Maceió-ALICC, através do e-mail [gerencia.licitacoes@alicc.maceio.al.gov.br](mailto:gerencia.licitacoes@alicc.maceio.al.gov.br), telefone para contato (82) 3312-5100.

Maceió/AL, 17 de julho de 2023.

**Carmen Lúcia Santos**

Assessoria de Apoio

Diretoria Executiva de Gestão Estratégica - ALICC

## **ANEXO I do Termo de Referência**

### **DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E QUANTITATIVOS GERAL**

**OBJETO:** O objeto perfaz registrar preços para serviços de locação de Brinquedos Recreativos, para atendimento aos diversos Órgãos e Entidades da Administração

Pública do Município de Maceió, nas especificações e quantidades constantes abaixo:

ITEM		Unidade	Quantidade
1	Locação de brinquedo Escorregador Inflável, com aproximadamente 7m de comprimento, 4m de largura e 6m de altura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1266
2	Locação de brinquedo Castelo inflável, com aproximadamente 5m de comprimento, 5m de largura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1236
3	Locação de piscina de bolinha, com aproximadamente 3,50m de diâmetro. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1246
4	Locação de cama elástica, com aproximadamente 4,50m de diâmetro, com proteção lateral e escada. Confeccionado em material resistente, rede de salto em poliéster, com proteção das molas em material tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor	Diária	1276
5	Locação de brinquedo futebol de sabão inflável. Dimensões aproximadas: Comprimento de 15 (quinze) metros, Largura de 10 (dez) metros. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1246
6	Locação de carrinho para pipoca, carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1296
7	Locação de carrinho para algodão doce, carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1296

8	Locação de carrinho para churros, carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1266
9	Locação de Freezer horizontal de 315 litros. Com no mínimo 4 horas de duração.	Diária	1102
10	Pintura Facial, com as seguintes especificações: Deverá ser usada tintas próprias para pintura facial tipo – Pinta Pele com cores diversas, folder com no mínimo 10 (dez) exemplos de desenhos. Com no mínimo duas pessoas para realização do evento. (Obrigatoriamente um monitor para orientação durante a utilização). Com no mínimo 4 horas de duração.	Diária	1296

**ANEXO II do Termo de Referencia**

**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E QUANTITATIVOS POR ÓRGÃO**

**OBJETO:** O objeto perfaz registrar preços para locação de BRINQUEDOS RECREATIVOS, para atendimento aos diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Município de Maceió, nas especificações e quantidades constantes abaixo:

Item	 <b>ALICC</b> <small>AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE MACEIÓ</small>	Objeto:		Formalização de Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de Empresa especializada para locação de brinquedos recreativos.																						
		Unidade de Medida	3000.111454.2022																	Quant total						
			Órgão Gerenciador	ALICC / ALICC	SMG / SEGOV	GVP	SMCI / CGM	SECOM	SEMGE	SEMED	SUDES / ALURB	COMARHP	IPREV	FMAC	GGOV / SEDCITI	GP / GABCIVIL	PGM	SEDET / SEMURB	SEMAS / SEMDES		SEMEC / SEFAZ	SEMINFRA	SEMSCS / SEMSC	SEMTABES / SEMTES	SEMTEL / SEMTUR	SEMESP
1	<b>Locação de brinquedo Escorregador Inflável</b> , com aproximadamente 7m de comprimento, 4m de largura e 6m de altura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	0	20	0	12	1266

2	<b>Locação de brinquedo Castelo inflável,</b> com aproximadamente 5m de comprimento, 5m de largura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	20	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	10	0	12	1236
3	<b>Locação de piscina de bolinha,</b> com aproximadamente 3,50m de diâmetro. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	20	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	20	0	12	1246
4	<b>Locação de cama elástica,</b> com aproximadamente 4,50m de diâmetro, com proteção lateral e escada. Confeccionado em material resistente, rede de salto em poliéster, com proteção das molas em material tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	30	0	12	1276

5	<b>Locação de brinquedo futebol de sabão inflável.</b> Dimensões aproximadas: Comprimento de 15 (quinze) metros, Largura de 10 (dez) metros. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	20	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	20	0	12	1246
6	<b>Locação de carrinho para pipoca,</b> carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	50	0	12	1296
7	<b>Locação de carrinho para algodão doce,</b> carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	50	0	12	1296
8	<b>Locação de carrinho para churros,</b> carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	30	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	30	0	12	1266



### ANEXO III do Termo de Referência

### ENDEREÇOS DE ENTREGA DOS ÓRGÃOS

		ENDEREÇO	Contato
1	Órgão Gerenciador <b>ALICC</b>	Avenida da Paz, Nº 900 - Jaraguá, Maceió - AL.CEP: 57022-050	3312-5100
		ENDEREÇOS:	Contato
2	FMAC	Rua melo Morais, nº 63	82 99139-1414
3	GABCIVIL	Sá e Albuquerque, Jaraguá, 235 - Maceió Alagoas	82 3312-5860
4	SEDCITI	Sá e Albuquerque, Jaraguá, 235 - Maceió Alagoas	
5	SEMURB	Avenida Governador Afrânio Lages, 297 - Farol 82 - 3312-5222 3312 5221	
6	SEMESP	Travessa Godofredo Ferro, 53, 82 - 3312-5803	
7	SMTT	Avenida Durval de Goes Monteiro, KM 10, nº 829 - 82- 3312-5335	
8	ALURB	Ru Coronel Pedro Lima, nº 90 - 82 98882-8082 82 - 3312-5380	
9	SEMDES/ SEMAS	Poço Maceió/Al 82 3312-5900	
SERVIÇO	ENDEREÇO PARA ENTREGA		
CRAS - Terezinha Normande	Rua José Jorge de M. Gonçalves, s/n, C.j. José da Silva Peixoto. 5ª Região - Telefone: (82)3312-5960		
CRAS - Sônia Sampaio	Rua Jarbas Andrade, 119, COHAB – Jacintinho - Maceió / Al – 5ª Região - Telefone: (82)3312-5959		
CRAS - Dom Adelmo Machado	Rua João Ulisses Marques, 112 – Prado, 2ª Região. Referência Telefone: (82)3312-5953		
CRAS - Pitanguinha	Rua Cônego Valente Tobias s/n – Pitanguinha - Maceió/ AL – 3ª Região - Telefone: (82)3312-5955		
CRAS – Santos Dumont	Rua Roldão de Siqueira Fortes, 710 – Santos Dumont, (corredor de ônibus) - Telefone: (82)3312-5957		
CRAS – Cacilda Sampaio	Rua das Flores s/n, Vergel - Telefone: (82) 3312-5949		
CRAS - Bela Vista	R: Cel. Salustiano nº 310. Sitio São Jorge - Telefone: (82)3312-5947		
CRAS – Rio Novo	R Da Areia, 11529, - Rio Novo- Telefone: (82)3312-5956		
CRAS – Selma Bandeira	Conjunto Selma Bandeira, S/N, Benedito Bentes, CEP: 57085-190 - Maceió /AL - Telefone: (82)3312-5958/ (82) 3354-1767/ (82) 988371481		
CRAS - Bebedouro	Rua Marquês de Abrantes, s/n – Bebedouro - Telefone: (82)3312-5946		
CRAS – Fernão Velho	Praça São José, 37 - Telefone: (82)3312-5954		
CRAS – Clima Bom	Conjunto Residencial Osman Loureiro, nº 242 Lote 10, Qd. C1, Tabuleirodo Martins (Funcionamento: segunda à sexta).		
CRAS – Bom Parto	R: General Hermes, 1752 – Cambona - Telefone: (82)3312-5948		
CRAS – Cidade Sorriso	Rua C-22 (Quadra C-24, lote 15) Conjunto Residencial Benedito Bentes II. Telefone: (82)3312-5950 / (82) 98752-2233		
CRAS - Denisson Menezes	Rua Rosivaldo Ferreira Mendes 434 Q D3 Lote 46 - Cidade Universitária		

CRAS - Área Lagunar	Rua Ângelo Barbosa, nº 527 – Prado Telefone: (82) (82)3312-5945 / (82) 3315-6418/ (82) 98897-2404
CRAS – Litoral Norte	Av. Gal. Luiz de França Albuquerque, S/N - Quadra 42, Lote 305(Rodovia 101 Norte) - Bairro Riacho Doce
<b>ABRIGOS</b>	
<b>SERVIÇO</b>	<b>ENDEREÇO PARA ENTREGA</b>
ACOLHER	Rua Alameda das Manhãs, nº 28, Gruta – CEP 57052770Telefone: (82)3312-5916/ (82)98882-8239
ALBERGUE	Avenida Comendador Leão, s/n. Poço. Esquina com o SENAI. Telefone: (82)3312-5917
CASA DE ADOÇÃO	Rua Dr. Alfredo Oiticica nº 288 – Pitanguinha/ 57052-230Telefone: (82)3312-5918/ (82) 8882-8213
VIVA VIDA	Rua Engenheiro Otávio Cabral, nº 203 - Gruta de Lourdes. Telefone: (82)3312-5922/ (82) 98876-6117/ (82) 98861-9005/ (82) 98892-7943
CASA DE PASSAGEM FEMININA	Rua Des. Barreto Cardoso, nº 428, Gruta de Lourdes - CEP: 57052-850 - Telefone: (82)3312-5920 (82)98882-8238 / (82)99656-1373
CASA DE PASSAGEM FAMILIAR	Ladeira Rosalvo Ribeiro, nº 87- Centro Telefone: (82)3312-5919/ 99623-8981 (82) 99624-9776/ (82) 98886-5065
CASA LAR	Rua Antônio Morais Costa, nº6- Feitosa Quadra C, Lote 18/ 57043-630 - Telefone: (82)3312-5921/ (82) 98846-7467
CIDADE DO IDOSO	Av. Durval de Góes Monteiro, (antiga SMTT) - Tabuleiro dos Martins
NOVO ALBERGUE BENEDITO BENTES	Unidade de Acolhimento para População de Rua Parte Alta. Rua Alice Uchoa Botelho, 650, Benedito Bentes, Qd. A-12, Lote: 0348, CEP. 57.084-011
<b>CENTROS POP I, II e III</b>	
<b>SERVIÇO</b>	<b>ENDEREÇO PARA ENTREGA</b>
CENTRO POP I	Endereço: Avenida da Paz, 994, Jaraguá Telefone: (82)3312-5931/ (82) 98816-5101/ 0800 284 8048
CENTRO POP II	Av. Tomás Espínola, Nº 86 Farol (em processo de mudança) Telefone: (82)3312-5932/ (82) 99970-7035
CENTRO POP III	Rua Estudante Sanelva Antônio Pedrosa Pereira, 506, Benedito Bentes, QD. B-42, Lote 0187, CEP. 57.085-733
<b>SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA</b>	
<b>SERVIÇO</b>	<b>ENDEREÇO PARA ENTREGA</b>
Serviço de Convivência Caic Ufal – Tabuleiro	Rua Celestino Chagas da Silva, nº 103; QD-P; Lote: 03; Loteamento Jardim da Saúde; Bairro Cidade Universitária/AL Telefone: (82)3312-5925/ (82) 98838-7905
Serviço de Convivência (Juvenópolis)	Rua Marquês de Abrantes, s/n – Bebedouro – Maceió/AL CEP: 57.017-601 - Telefone: (82) 3312-5966
Serviço de Convivência	Av. Comendador Gustavo Paiva, 4291 - Mangabeiras, Maceió - AL, 57031-530 - Telefone: (82) 2121-1300/3312-5967

(Lar São Domingos)	
--------------------	--

ENEDEREÇOS SEMED			
10	<b>SEMED</b>	Rua General Hermes, 1199, Cambona CEP 57017-201	3312-5608
UNIDADE ESCOLAR		ENDEREÇOS	
CMEI	Cicera Lucimar	Av. Gustavo Paiva, S/N, 2559-Mangabeiras	
Escola Municipal	Doutor Orlando Araújo	R. Dr. José Sampaio Luz, S/N –Ponta Verde	
Escola Municipal	Profª Mª do Socorro Tavares Lima Da Silva	Rua Carlos De Miranda, 257 -Poço	
Escola Municipal	Profª Mª José Carrascosa	Rua Diegues Júnior, 224 –Poço	
Escola Municipal	ZANELI CALDAS	PÇA DA MARAVILHA, 87/93 - POÇO	
CMEI	Almeida Leite	R. Virgilio Guedes, S/N – PontaGrossa	
CMEI	Dr.Antônio Mário Mafra	R. 15 De Março, S/N - Levada	
CMEI	Dr.José Bandeira De Medeiros	R. Humberto Stª Cruz, 350 –Vergel Do Lago	
CMEI	Lindolfo Collor	Conj. Joaquim Leão, S/N DiqueEstrada	
Escola Municipal	Lindolfo Collor	Conj. Joaquim Leão, S/N -Dique Estrada	
CMEI	Mª APARECIDA BEZERRA NUNES	Conj. Res. Dos Pescadores – Rua Ari Pitombo, S/N –Trapiche Da Barra	
CMEI	Mestre Mario Izaldino	R. Senador Arnon De Melo S/NPontal Da Barra	
CMEI	Nossa Senhora Aparecida	Rua Professora Maria JoséLoureiro Lima, 200, Prado, 57010-269	
CMEI	Nossa Senhora Da Guia	Av. Siqueira Campos – 24/27 -Prado	
CMEI	Nosso Lar	RUA PROF.º MARIO BROAD, 36 -LEVADA	
CMEI	Padre Silvestre Vredegoor	Pça. Afranio Jorge – Prado (Antiga Mons. Luis Barbosa)	
Escola Municipal	PIO X	Rua Professora Maria JoséLoureiro Lima, 200, Prado, 57010-269	
Escola Municipal	Prof. Deraldo Campos	Rua Tenente Moisés S. Firmino, S/N – Vergel Do Lago	
Escola Municipal	Prof. Ranilson FrançaDe Souza	Rua Prof. Mário Broad, 36 -Levada	
Escola Municipal	Profª Claudinete Batista Da Silva	Rua Ary Pitombo, 290 -Trapiche Da Barra	
Escola Municipal	Professor Antídio Vieira	R. Paulo Neto, S/N – TrapicheDa Barra	
Escola Municipal	Rui Palmeira	Av. Monte Castelo, S/N – Vergel Do Lago	
Escola Municipal	São Sebastião	R.Edgar De Goes MonteiroS/N Prado	

Escola Municipal	Silvestre Péricles	Praça Dr. Caio De Aguiar Porto – Pontal Da Barra
Escola Municipal	Suzana Palmeira	Rua Álvaro Marinho, 855/2 -Prado, 57010-050
Escola Municipal	Tereza De Jesus	Av. Siqueira Campos 1098 -Prado
Escola Municipal	Tereza De Lisieux	Rua 15 De Março S/N Levada
Escola Municipal	Vice Governador Francisco Mello – Caic	Avenida Senador Rui Palmeira, S/N – Trapicha Da Barra
Escola Municipal	Walter Pitombo Laranjeiras	Av. Cleto Marques Luz, S/N -Levada
UNIDADE ESCOLAR		ENDEREÇOS
Cmei	Dr. José Carneiro	Avenida Bernardes Lopes, S/N – Farol
Cmei	Higino Belo	Av. Stª Rita De Cássia – S/N –Farol
Escola Municipal	João Batista Mascarenhas De Moraes	Rua Osório Gato, S/N –Pitanguiha
Escola Municipal	LUIZ CALHEIROS Jr	Avenida Empresário Valentim Dos Santos Diniz, 400, Serraria, 57046-770
Escola Municipal	Luiza Oliveira Suruagy	Rua Padre Cícero, S/N – Ouro Preto.
Escola Municipal	Profª MARIA DE LOURDES VIEIRA (LIONS CLUB)	Praça Gonçalves Lêdo Farol, S/N.
Escola Municipal	Professor Manoel Coelho Neto	Rua Manoel Florentino Da Silva Nº 190 - Farol
Escola Municipal	Radialista Edécio Lopes/Octávio Brandão	Alameda Célia Dos Anjos, 06, Petrópolis, 57062-200
Escola Municipal	Major Bonifácio Da Silveira	Avenida Jornalista José Batista Dos Santos, 277, Gruta De Lourdes, 57052-645
Cmei	Agenor Fernandes Pontes	Vila Goiabeira – 123 – Fernão Velho
CMEI	Dom Miguel Fenelon Câmara	Via Principal Lot. Jardim Petrópolis II, Ba – Q. D. 26 – S/N – Petrópolis
Cmei	Herminio Cardoso	R. Barão De Jaraguá. – Fernão Velho
Cmei	João Feitosa	Conjunto Rio Novo
Cmei	Luiz Pedro Da Silva I	Rua Campo Verde Vergel, 57015-205
Escola Municipal	Marcos Soriano	Qd. A/26, S/N – CONJ. JOÃO SAMPAIO I, PETRÓPOLIS
Escola Municipal	Mestra Virgínia Moraes Da Silva	Conjunto Rio Novo
Escola Municipal	Pedro Café	R. Leonildo Cardoso – Rio Novo
Escola Municipal	Professora Maria Nilda Dos Santos Silva	Rua Santa Clara S/N. Chã Da Jaqueira.
Escola Municipal	Sergio Luiz Pessoa Braga	Av. Gov. Lamenha Lins, S/N – Chã Da Jaqueira
Escola Municipal	Sônia Maria Souza Cavalcanti	Rua General Hermes, S/N -Cambona
Escola Municipal	Tradutor João Sampaio	Pça. Central – Conj. João Sampaio

UNIDADE ESCOLAR		ENDEREÇOS
Cmei	Antônio Semeão Lamenha Lins	Rua Major José Joaquim Calheiros, S/N – Jacintinho
Cmei	Arnon Afonso Farias De Mello	Conj. Da Silva Peixoto, Rua “A”, S/N Qd. 01 – Jacintinho
Cmei	Audival Amélio Da Silva	Cj Luiz Pedro Iv, S/N – Sítio São Jorge
Cmei	Dom Helder Câmara	Rua Acre, S/N – Feitosa
Escola Municipal	Doutor Baltazar De Mendonça	Rua Divisória, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Doutor Henrique Equelman	Cj Velho Rui – Cohab, 56 – Jacintinho
Escola Municipal	Doutor Pompeu Sarmento	Av. Muniz Falcão, S/N – Barro Duro
Escola Municipal	Geruza Costa Lima	Rua Santa Margarida, Nº 222 - Jacintinho
Escola Municipal	João Xxiii Mudou A Etapa Para Ed. Infantil	Rua Dr. José Joaquim Dearáújo, Nº 57 – Jacintinho
Escola Municipal	José Correia Costa	Rua Lourival De Aguiar Pessoa, S/N Serraria
Escola Municipal	Kátia Pimentel Assunção	R. Breno Cansanção, Nº 788 – Jacintinho
Escola Municipal	Maria Liege Tavares De Albuquerque	Rua São José, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Mons. Antonio Assunção Araújo	Lot. Santa Terezinha – Qd. A, Lot 04, S/N – Serraria
Escola Municipal	Olavo Bilac	Rua Governador Lamenha Filho, S/N – Feitosa
Escola Municipal	Prof. Lenilto Alves Santos	R. Engenheiro Mariano, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Prof. Paulo Freire Mudando a Etapa	Av. José Airton Gondim Lamenha, S/N – São Jorge
Escola Municipal	prof. <sup>a</sup> Marilúcia Macedo dos Santos	Rua Antônio Severino Dos Santos, Nº 20, Jacintinho.
Escola Municipal	PROF. <sup>a</sup> MARIZETTE CORREIA NUNES BRUNO	Avenid A Menino Marcelo – Loteamento Casa Forte – Qd.A – Lote 08 – Serraria
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> EULINA RIBEIRO ALENCAR	Rua Coaracy Fonseca, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> . RUTH BRAGA QUINTELA CAVALCANTE	Rua José Reis, S/N Jacintinho
Escola Municipal	Rosane Collor	Rua José Reis Campos, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	PADRE BRANDÃO LIMA	Avenida Antônio Lisboa Amorim, 100, Conj. Benedito Bentes I, 57085-160
Escola Municipal	Dulcinete Barros Alves	R. B Lot Casa Forte - Antares
CMEI	Benedita Da Silva Santos	Rua A-40, 557, Conj. Benedito Bentes I, Benedito Bentes, 57084-040
Cmei	Breno Agra	Av. Garça Torta, S/N – B. Bentes
CMEI	Dr <sup>a</sup> ELIZABETH ANNE DEFARIAS LYRA	Rua Robert Lyra, Nº 04 - Conj. Luiz Pedro Iii - Benedito Bentes

Cmei	Drª NISE DA SILVEIRA	Lot. Terra De Antares, S/N, Serraria
CMEI	ELMA MARQUES CURTI	Av. Benedito Bentes, Nº 671 – Parque Residencial Benedito Bentes li
Cmei	Frei Damião	Av. Mundaú, 120 – B. Bentes
Cmei	Gov. Luís Abílio De Sousa Neto	Rua “P” - Qd “E” - Cidade Sorriso li – Benedito Bentes li
CMEI	Heloísa Marinho De Gusmão Medeiros	Cj. Freitas Neto – Av. Moacir Andrade, S/N – Benedito Bentes li
Cmei	José Madlton Vitor Da Silva	Lot. Bela Vista li, S/N – Conj. Benedito Bentes li
Cmei	José Maria De Melo – Caic	Av. Belo Horizonte, S/N - Benedito Bentes li
Cmei	Mª CECILIA PONTES CARNAÚBA	Av. Gilberto Soares Pinto, Nº763 – Antares I
Escola Municipal	Maria De Fátima Lira	Rua 1-C, 25 - Benedito Bentes, 57084-025
Escola Municipal	Maria Salete Da Silva	Av. Antonio Lisboa De Amorim – S/N - Benedito Bentes li
Escola Municipal	Paulo Henrique Costa Bandeira	Avenida Norma Pimentel Da Costa, Nº 11 Benedito Bentes I
Escola Municipal	Pres. Francisco De Paula Rodrigues Alves	Av. Cachoeira Do Meirim, S/N – Benedito Bentes I
Escola Municipal	Prof. Aurélio Buarque De Holanda Ferreira	Conjunto Freitas Neto – Rua “F”, S/N – Benedito Bentes li
Escola Municipal	PROF.ª Mª. IVONE SANTOS DE OLIVEIRA	Cj. Res. Cidade Sorriso I – Benedito Bentes li
Escola Municipal	Profª Mª José Clemente ocha	Rua “A” 35, S/N – Benedito Bentes I
Escola Municipal	Profª Mª Jose de Oliveira	Recanto Dos Contos – Benedito Bentes li
Escola Municipal	Profª. ELZA LIRA	Rua W – Cj. Selma Bandeira – B. Bentes li
Escola Municipal	Professor Petrônio Viana	Conjunto Carmin Ha, S/N - B. Bentes li
Escola Municipal	Santo Antônio	Usina Cachoeira Do Meirim
Escola Municipal	Selma Bandeira	Av. Ministro Marcio Fontes, S/N - Cj. Selma Bandeira – Conj. B. Bentes li
Cmei	Profº Silvânio Barbosa Dos Santos	Conj. Res. José Aprígio Vilela - Benedito Bentes
UNIDADE ESCOLAR		ENDEREÇOS
CMEI	Ana Carolina Galina Fortes Ferreira Santiago	Lot. Novo Jardim, S/N – Conj. Eustáqui Gomes De Melo – Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Casa Da Amizade	Av. Santana, 300 – Tabuleiro Dos Martins
CMEI	César Augusto De Oliveira	Rua Boa Esperança, S/N – Santos Dumont
CMEI	Cícero Dué Da Silva	Av. Menino Marcelo, 1391 – Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Cleto Marques Luz	R. “P”, S/N – Colina Dos Eucaliptos – Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Dom Antônio Brandão	R. Do Quadro, S/N – Tabuleiro Dos Martins

CMEI	Dr. Denisson .Luiz Cerqueira Menezes	Rua Arthur Ramos, Qd. 09 – S/N – Conj. Denisson Menezes
CMEI	Dr. José Haroldo Da Costa	Conj. Salvador Lira , S/N –Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Fúlvia Maria DeBarros Mott Rosemberg	Av. Alice Karoline, S/N – Village Campestre / Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Gastone Lucia De Carvalho Beltrão	Conjunto Residencial JardimRoyal Ii, S/N - Cidade Universitária / Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Graciliano Ramos	Avenida Dr. José Hailton Dos Santos, S/N -Conj. Vilagge Campestre I – Cidade Universitária - Tabuleiro DosMartins
CMEI	Braga Neto	Rua Eliete Rolemberg De Figueiredo, 163, Tabuleiro Dos Martins, 57071-100
Escola Municipal	Zylka de Oliveira	Rua José Gonzaga De Almeida,276, Tabuleiro Dos Martins, 57061-060
Escola Municipal	Hermé Miranda	R. João Monteiro, 316 –Tabuleiro Novo
Escola Municipal	Jaime Amorim Miranda	Rua Belmiro Amorim 760, Santa Lúcia – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Jaime De Altavilla	Rua Dilermano Reis – S/N – Lot. Stª Lúcia – Tabuleiro
Escola Municipal	Jorge de Lima	Av. Belmiro Amorim – 750- Santa Lúcia – Tabuleiro DosMartins
Escola Municipal	Leda Collor De Mello	Rua Em Projeto, Qd A, S/N – Conj. Osman Loureiro – ClimaBom
Escola Municipal	Luiz Pedro Da Silva II	R. Drª Nadja Abys França, 32Clima Bom – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Luiz Pedro Da Silva IV	Cidade Universitária – Res.Gama Lins
Escola Municipal	Manoel Pedro Dos Santos	Av. Corinto Da Paz, Lot. 17 Conj. Stº Dumont. - TabuleiroDos Martins
Escola Municipal	Maria Carmelita Cardoso Gama – Caic /Ufal	Campos A. C. Simões – Km 14 – Br 104 - Cidade Universitária –Tabuleiro Do Martins
Escola Municipal	Maria De Lourdes De Melo Pimentel	Rua Padre Cícero, Villagge Campestre Ii – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Marta Célia Bernardes	Rua Dr. Juracy Pereira, S/N,Cidade Universitária - Conj.Santa Maria
Escola Municipal	Monsenhor Luis Barbosa	Rua Gabino Besouro, S/N –Village Campestre Ii – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Núcleo De DesenvolvimentoInfantil - Ndi	Cidade Universitária – Campus Da Ufal –Tabuleiro DosMartins
Escola Municipal	Octávio Brandão	Rua José Lobo De Medeiros,374 – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Pedro Suruagy	Av. Maceió, S/N – Tabuleiro DosMartins

Escola Municipal	Prof. Donizete Calheiros	Rua José Hermes Damasceno, S/N – Santa Lucia - Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Prof. Kyra M <sup>a</sup> Barros Paes	Rua Muniz Falcão – S/N – Clima Bom
Escola Municipal	Prof. Natalina Costa Cavalcante	Rua Rotary, S/N – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	PROF. Corinho da Paz	Rua 5a, S/N – Conj. Inocoop – Cidade Univesitária – Tabuleiro Do Martins
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Jarede Viana de Oiveira	Rua São José, 888 – Clima Bom – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Maria de Fátima Melo dos Dantos	Av. Maceeió – 345 – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Silvia Celina Nunes Lima	Rua Benedito Loureiro, 2001 – Village Campestre li – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Professora Hévia Valéria Maia Amorim	Avenida Dr. José Hailton Dos Santos, S/N - Conj. Vilagge Campestre I – Cidade Universitária - Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Suzel Dantas	Rua Antonio Monteiro De Carvalho S/N – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Tobias Granja	Rua São José, 888 – Clima Bom - Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Yêda Oliveira Dos Santos	Avenida José Camelo De Freitas, 430-476, Village Campestre, 57073-365
Escola Municipal	Zumbi Dos Palmares	Conj. Rosane Collor – Qd “M” -S/N - Clima Bom – Tabuleiro Dos Martins
Cmei	Benevides Epaminondas Da Silva	Rua Boa Vista, 1585– Riacho Doce
CMEI	Herbert De Souza	Av. General. Luiz De França Albuquerque – Jacarecica – Rod. Al 101 Norte
CMEI	Marechal Floriano Peixoto	Rua Da Igreja, S/N – Ladeira. Manoel Lopes Dos Santos -Ipioca
Escola Municipal	Padre Pinho	R. Quebrangulo – Cruz Das Almas
Escola Municipal	Pedro Barbosa Junior	Praça Pindorama, S/N – Cruz Das Almas
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Nadir Brandão Cavalcante Extensão Da Esc. Floriano Peixoto (Não Conta Como Escola)	Rua da Igreja, S/N – Ladeira. Manoel Lopes dos Santos - Ipioca
Escola Municipal	Professora Neide De Freitas França	Conj. Otacilio Holanda, S/N – Saúde
Escola Municipal	Sagrado Coração De Jesus	Praça Vera Cruz, S/N – Cruz Das Almas

ANEXO II DO EDITAL

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº (...)/20(...)-CPL/ALICC

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº (...)/20(...)-CPL/ALICC  
Processo Administrativo nº (...)

A AGÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS - ALICC, neste ato representada pela Diretora Presidente, \_\_\_\_\_, institui a presente ARP - Ata de Registro de Preços, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número XX/2023 – CPL/ALICC, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 3000.111454/2022, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, inc. II, e §§ 1º a 4º, da Lei nº. 8.666/93, regulamentados pelos Decretos Municipais nºs. 7.496/2013 e 8.415/2017, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a locação de BRINQUEDOS RECREATIVOS, para atendimento aos diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Município de Maceió, cujas especificações técnicas, marca(s)/modelo(s), preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

Fornecedor Beneficiário:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefones:	
Representante Legal:	Identidade:
	CPF:
Procurador	Identidade:
	CPF:
E-mail:	

**ITEM**

Item	Descrição do Produto	Unid	Quant	Marca/ Modelo/ Fabricante	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01						

1.1 O valor total desta Ata é de R\$( \_\_\_\_\_ ) ( \_\_\_\_\_ )

1.2 Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final

obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, os devem ser totalmente observados e cumpridos:

- a) Termo de referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto;
- b) Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s);
- c) Edital nº XX/2023 - CPL/ALICC.

2. Conforme consta no ANEXO B, também fica formalizado, conjuntamente com a presente ARP, o CADASTRO DE RESERVA de (ATÉ DOIS) fornecedor(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO de registro e segundo a ordem de classificação final no certame, POR ITEM DO OBJETO.

2.1 A formação de CADASTRO DE RESERVA vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de **cancelamento do registro do titular**, observada a ordem de classificação.

2.2 Será realizada periódica pesquisa de mercado para a comprovação de vantajosidade desta Ata (art.9º, XI, DM Nº 7.496/2013).

2.3 A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no Edital nº xx/2023 - CPL/ALICC.

2.4 Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO DE RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

2.5 Os quantitativos registrados e endereços de entrega do órgão gerenciador e dos órgãos participantes estão dispostos no anexo A deste documento.

3. A participação conjunta do(s) órgão(s) e entidade(s), abaixo relacionado(s), integra(m) a presente ARP com titulares:

ÓRGÃO GERENCIADOR		ENDEREÇO	Contato
1	ALICC	Av. da Paz. Nº 900 – Jaraguá, Maceió/AL, CEP 57.022-050	(82) 3312-5100
ÓRGÃO PARTICIPANTE		ENDEREÇO	Contato
2	FMAC	Rua melo Moraes, nº 63	(82) 99139-1414
3	GABCIVIL	Sá e Albuquerque, Jaraguá, 235 - Maceió Alagoas	(82) 3312-5860
4	SEDCITI	Sá e Albuquerque, Jaraguá, 235 - Maceió Alagoas	
5	SEMURB	Avenida Governador Afrânio Lages, 297 - Farol	(82) 3312-5222 3312 5221
6	SEMESP	Travessa Godofredo Ferro, 53,	(82) 3312-5803
7	SMTT	Avenida Durval de Goes Monteiro, KM 10, nº 829 -	(82) 3312-5335
8	ALURB	Ru Coronel Pedro Lima, nº 90 -	(82) 98882-8082 ( 82) 3312-5380
9	SEMDES/ SEMAS	Poço Maceió/Al	(82) 3312-5900

4. A presente ARP vigorará por um período de **12 meses**, contados a partir da data sua publicação no Diário Oficial do Município de Maceió - DOM, salvo as hipóteses de **cancelamento** contidas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.496/2013.
5. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo **órgão gerenciador** e/ou por cada um dos participantes (SE FOR O CASO), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU.
  - 5.1 A Ata de Registro de Preços somente poderá ser usada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Maceió, desde que autorizados pela Agência de Licitações, Contratos e Convênios – ALICC, Órgão Gerenciador.
  - 5.2 Nas Atas de Registro de Preço, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.
  - 5.3 O remanejamento de que trata o item 5.1 somente poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.
  - 5.4 No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos § 3º do art. 22 do Decreto Municipal nº 7.496/2013.
  - 5.5 Para efeito do disposto no subitem 5.1, caberá ao Órgão Gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.
  - 5.6 Os remanejamentos somente ocorrerão entre órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Maceió.
  - 5.7 A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
  - 5.8 A(s) contratação(ões) decorrente(s) deverá(ão) observar as condições fixadas no Edital nº XX/2023 – CPL/ALICC e seus anexos.
6. **A presente ARP poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade não participante do certame licitatório para contratação(ões) por ADESÃO.**
7. O ÓRGÃO GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro, em processo administrativo de gestão específico, relativo a todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.
  - 7.1 Cabe à Gerência de Contratos e Atas do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao GERENCIAMENTO da presente ARP, particularmente quanto a(ao):
    - a) Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
    - b) Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, devidamente assinada e publicada, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;
    - c) Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
    - d) Receber, analisar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, inclusive indicando providências complementares necessárias ou até recomendando o indeferimento fundamentado da pretensão, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU;
    - e) Conduzir eventuais procedimentos de **renegociação** de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;

- f) propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais **alterações de preços, cancelamentos e revogações** ocorridos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
  - g) propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
  - h) instruir os autos de gestão da presente ARP.
- 8.** Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:
- a) Tomar conhecimento da ARP, incluindo as eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
  - b) Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociações de preços;
  - c) Observar e controlar a utilização do quantitativo máximo dos itens/grupos do objeto registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens/grupo diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
  - d) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
  - e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 9.** O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:
- a) Retirar a respectiva **nota de empenho ou ordem de fornecimento**, bem como assinar o **termo de contrato** (se for caso), no prazo máximo de **05 dias corridos**, contados da convocação;
  - b) Caso seja consultado, informar quanto a **possibilidade de adesão** de órgão ou entidade da Administração Pública não participante com finalidade de contratar por meio da presente ARP, tendo em vista a não permissão expressa no Edital nº XX/2023 - CPL/ALICC;
  - c) Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no termo de referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
  - d) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos indicados no subitem 1.1 desta ARP, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
  - e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou pelo(s) PARTICIPANTE(S), referentes ao cumprimento das obrigações firmadas na presente ARP;
  - f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de **05 dias corridos**, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas para fins de viabilizar a(s) respectiva(s) contratações;
  - g) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
  - h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos e entidades contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;

- i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
  - j) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.** O preço, quantitativo, fornecedor e as especificações resumidas do objeto registrado, como também suas possíveis alterações e cancelamento, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município de Maceió - DOM.
- 11.** Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/atas>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.
- 12.** A qualquer tempo, o **preço** registrado poderá ser revisto em decorrência de **eventual redução** ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível com o de mercado, por cada ITEM do objeto registrado.
- 12.1 Não havendo acordo em relação a renegociação do(s) preço(s) registrado(s), será o respectivo registro **cancelado**, por cada ITEM do objeto registrado, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas e sem aplicação de penalidade.
- 12.2 Em caso de cancelamento, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM, deverão ser realizados os procedimentos previstos no item 2 desta ARP.
- 12.3 Toda alteração da presente ARP será publicada no DOM, nos termos fixados no item 10 desta ARP.
- 13.** As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às **sanções administrativas** previstas no termo de referência, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.
- 13.1 Cabe a cada órgão ou entidade pública contratante a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de **sanções administrativas** nos casos de inadimplemento do particular contrato.
- 14.** O registro poderá ser CANCELADO:
- I. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:
- a) Não cumpridas as exigências e condições gerais fixadas na presente ARP;
  - b) Recusar-se a retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Contratante;
  - c) Der causa à rescisão administrativa de contrato firmado com base neste ARP;
  - d) Em quaisquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativos ao presente registro de preços;
  - e) Não mantiver as condições de participação e habilitação da licitação;
  - f) Não aceitar a **redução do preço** registrado, na hipótese prevista na legislação;
  - g) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
  - h) Existentes razões de interesse público, devidamente justificadas.
- II. Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e anterior ao pedido de fornecimento/contratação, bem como comprove a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista **fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior**, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
- 14.1 O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado nos autos do processo administrativo de gestão da presente ARP, por despacho fundamentado da autoridade competente no ÓRGÃO GERENCIADOR.

- 15.** Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com legislação vigente, particularmente com a Lei nº. 8.666/93, regulamentada pelos Decretos Municipais nºs. 7.496/2013 e 8.415/2017.
- 16.** Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o foro da Cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Maceió, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Fornecedor Beneficiário  
\_\_\_\_\_

## ANEXO I DA ATA

### DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E QUANTITATIVOS GERAL

**OBJETO:** O objeto perfaz registrar preços para serviços de locação de Brinquedos Recreativos, para atendimento aos diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública do Município de Maceió, nas especificações e quantidades constantes abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade
1	Locação de brinquedo Escorregador Inflável, com aproximadamente 7m de comprimento, 4m de largura e 6m de altura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1266
2	Locação de brinquedo Castelo inflável, com aproximadamente 5m de comprimento, 5m de largura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1236
3	Locação de piscina de bolinha, com aproximadamente 3,50m de diâmetro. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1246
4	Locação de cama elástica, com aproximadamente 4,50m de diâmetro, com proteção lateral e escada. Confeccionado em material resistente, rede de salto em poliéster, com proteção das molas em material tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor	Diária	1276
5	Locação de brinquedo futebol de sabão inflável. Dimensões aproximadas: Comprimento de 15 (quinze) metros, Largura de 10 (dez) metros. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1246
6	Locação de carrinho para pipoca, carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1296

7	Locação de carrinho para algodão doce, carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1296
8	Locação de carrinho para churros, carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	1266
9	Locação de Freezer horizontal de 315 litros. Com no mínimo 4 horas de duração.	Diária	1102
10	Pintura Facial, com as seguintes especificações: Deverá ser usada tintas próprias para pintura facial tipo – Pinta Pele com cores diversas, folder com no mínimo 10 (dez) exemplos de desenhos. Com no mínimo duas pessoas para realização do evento. (Obrigatoriamente um monitor para orientação durante a utilização). Com no mínimo 4 horas de duração.	Diária	1296



1	<b>Locação de brinquedo Escorregador Inflável</b> , com aproximadamente 7m de comprimento, 4m de largura e 6m de altura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	20	0	12	1266
2	<b>Locação de brinquedo Castelo inflável</b> , com aproximadamente 5m de comprimento, 5m de largura. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	20	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	10	0	12	1236	
3	<b>Locação de piscina de bolinha</b> , com aproximadamente 3,50m de diâmetro. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	Diária	0	0	0	0	144	20	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	20	0	12	1246	

4	<b>Locação de cama elástica,</b> com aproximadamente 4,50m de diâmetro, com proteção lateral e escada. Confeccionado em material resistente, rede de salto em poliéster, com proteção das molas em material tipo lona KP 1.000. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	30	0	12	1276
5	<b>Locação de brinquedo futebol de sabão inflável.</b> Dimensões aproximadas: Comprimento de 15 (quinze) metros, Largura de 10 (dez) metros. Confeccionado em material resistente, tipo lona KP 1.000, motor bi volts de no mínimo 1 CV. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	20	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	20	0	12	1246
6	<b>Locação de carrinho para pipoca,</b> carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	50	0	12	1296

7	<b>Locação de carrinho para algodão doce</b> , carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	30	0	0	30	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	0	50	0	12	1296
8	<b>Locação de carrinho para churros</b> , carrinho inox, com produção de até 600 unidades, incluso todo o material de consumo necessário. Com no mínimo 4 horas de duração. Com acompanhamento de 01 monitor.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	30	0	0	30	0	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	30	0	0	12	1266
9	<b>Locação de Freezer horizontal de 315 litros</b> . Com no mínimo 4 horas de duração.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	0	20	0	0	30	0	20	0	20	1000	0	0	0	0	0	0	0	0	12	1102
10	<b>Pintura Facial</b> , com as seguintes especificações: Deverá ser usada tintas próprias para pintura facial tipo – Pinta Pele com cores diversas, folder com no mínimo 10 (dez) exemplos de desenhos. Com no mínimo duas pessoas para realização do evento. (Obrigatoriamente um monitor para orientação durante a utilização). Com no mínimo 4 horas de duração.	<b>Diária</b>	0	0	0	0	144	30	0	0	60	10	20	0	0	1000	0	0	0	0	0	20	0	0	12	1296

## ANEXO III DA ATA

### ENDEREÇOS DE ENTREGA DOS ÓRGÃOS

		ENDEREÇO	Contato
1	Órgão Gerenciador <b>ALICC</b>	Avenida da Paz, Nº 900 - Jaraguá, Maceió - AL.CEP: 57022-050	3312-5100
		ENDEREÇOS:	Contato
2	FMAC	Rua melo Morais, nº 63	82 99139-1414
3	GABCIVIL	Sá e Albuquerque, Jaraguá, 235 - Maceió Alagoas	82 3312-5860
4	SEDCITI	Sá e Albuquerque, Jaraguá, 235 - Maceió Alagoas	
5	SEMURB	Avenida Governador Afrânio Lages, 297 - Farol 82 - 3312-5222 3312 5221	
6	SEMESP	Travessa Godofredo Ferro, 53, 82 - 3312-5803	
7	SMTT	Avenida Durval de Goes Monteiro, KM 10, nº 829 - 82- 3312-5335	
8	ALURB	Ru Coronel Pedro Lima, nº 90 - 82 98882-8082 82 - 3312-5380	
9	SEMDES/ SEMAS	Poço Maceió/Al 82 3312-5900	
SERVIÇO	ENDEREÇO PARA ENTREGA		
CRAS - Terezinha Normande	Rua José Jorge de M. Gonçalves, s/n, C.j. José da Silva Peixoto. 5ª Região - Telefone: (82)3312-5960		
CRAS - Sônia Sampaio	Rua Jarbas Andrade, 119, COHAB – Jacintinho - Maceió / Al – 5ª Região - Telefone: (82)3312-5959		
CRAS - Dom Adelmo Machado	Rua João Ulisses Marques, 112 – Prado, 2ª Região. Referência Telefone: (82)3312-5953		
CRAS - Pitanguinha	Rua Cônego Valente Tobias s/n – Pitanguinha - Maceió/ AL – 3ª Região - Telefone: (82)3312-5955		
CRAS – Santos Dumont	Rua Roldão de Siqueira Fortes, 710 – Santos Dumont, (corredor de ônibus) - Telefone: (82)3312-5957		
CRAS – Cacilda Sampaio	Rua das Flores s/n, Vergel - Telefone: (82) 3312-5949		
CRAS - Bela Vista	R: Cel. Salustiano nº 310. Sitio São Jorge - Telefone: (82)3312-5947		
CRAS – Rio Novo	R Da Areia, 11529, - Rio Novo- Telefone: (82)3312-5956		
CRAS – Selma Bandeira	Conjunto Selma Bandeira, S/N, Benedito Bentes, CEP: 57085-190 - Maceió /AL - Telefone: (82)3312-5958/ (82) 3354-1767/ (82) 988371481		
CRAS - Bebedouro	Rua Marquês de Abrantes, s/n – Bebedouro - Telefone: (82)3312-5946		
CRAS – Fernão Velho	Praça São José, 37 - Telefone: (82)3312-5954		
CRAS – Clima Bom	Conjunto Residencial Osman Loureiro, nº 242 Lote 10, Qd. C1, Tabuleirodo Martins (Funcionamento: segunda à sexta).		
CRAS – Bom Parto	R: General Hermes, 1752 – Cambona - Telefone: (82)3312-5948		
CRAS – Cidade Sorriso	Rua C-22 (Quadra C-24, lote 15) Conjunto Residencial Benedito Bentes II. Telefone: (82)3312-5950 / (82) 98752-2233		
CRAS - Denisson Menezes	Rua Rosivaldo Ferreira Mendes 434 Q D3 Lote 46 - Cidade Universitária		

CRAS - Área Lagunar	Rua Ângelo Barbosa, nº 527 – Prado Telefone: (82) (82)3312-5945 / (82) 3315-6418/ (82) 98897-2404
CRAS – Litoral Norte	Av. Gal. Luiz de França Albuquerque, S/N - Quadra 42, Lote 305(Rodovia 101 Norte) - Bairro Riacho Doce
<b>ABRIGOS</b>	
<b>SERVIÇO</b>	<b>ENDEREÇO PARA ENTREGA</b>
ACOLHER	Rua Alameda das Manhãs, nº 28, Gruta – CEP 57052770 Telefone: (82)3312-5916/ (82)98882-8239
ALBERGUE	Avenida Comendador Leão, s/n. Poço. Esquina com o SENAI. Telefone: (82)3312-5917
CASA DE ADOÇÃO	Rua Dr. Alfredo Oiticica nº 288 – Pitanguinha/ 57052-230 Telefone: (82)3312-5918/ (82) 8882-8213
VIVA VIDA	Rua Engenheiro Otávio Cabral, nº 203 - Gruta de Lourdes. Telefone: (82)3312-5922/ (82) 98876-6117/ (82) 98861-9005/ (82) 98892-7943
CASA DE PASSAGEM FEMININA	Rua Des. Barreto Cardoso, nº 428, Gruta de Lourdes - CEP: 57052-850 - Telefone: (82)3312-5920 (82)98882-8238 / (82)99656-1373
CASA DE PASSAGEM FAMILIAR	Ladeira Rosalvo Ribeiro, nº 87- Centro Telefone: (82)3312-5919/ 99623-8981 (82) 99624-9776/ (82) 98886-5065
CASA LAR	Rua Antônio Moraes Costa, nº6- Feitosa Quadra C, Lote 18/ 57043-630 - Telefone: (82)3312-5921/ (82) 98846-7467
CIDADE DO IDOSO	Av. Durval de Góes Monteiro, (antiga SMTT) - Tabuleiro dos Martins
NOVO ALBERGUE BENEDITO BENTES	Unidade de Acolhimento para População de Rua Parte Alta. Rua Alice Uchoa Botelho, 650, Benedito Bentes, Qd. A-12, Lote: 0348, CEP. 57.084-011
<b>CENTROS POP I, II e III</b>	
<b>SERVIÇO</b>	<b>ENDEREÇO PARA ENTREGA</b>
CENTRO POP I	Endereço: Avenida da Paz, 994, Jaraguá Telefone: (82)3312-5931/ (82) 98816-5101/ 0800 284 8048
CENTRO POP II	Av. Tomás Espinola, Nº 86 Farol (em processo de mudança) Telefone: (82)3312-5932/ (82) 99970-7035
CENTRO POP III	Rua Estudante Sanelva Antônio Pedrosa Pereira, 506, Benedito Bentes, QD. B-42, Lote 0187, CEP. 57.085-733
<b>SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA</b>	
<b>SERVIÇO</b>	<b>ENDEREÇO PARA ENTREGA</b>
Serviço de Convivência Caic Ufal – Tabuleiro	Rua Celestino Chagas da Silva, nº 103; QD-P; Lote: 03; Loteamento Jardim da Saúde; Bairro Cidade Universitária/AL Telefone: (82)3312-5925/ (82) 98838-7905
Serviço de Convivência (Juvenópolis)	Rua Marquês de Abrantes, s/n – Bebedouro – Maceió/AL CEP: 57.017-601 - Telefone: (82) 3312-5966

Serviço de Convivência (Lar São Domingos)	Av. Comendador Gustavo Paiva, 4291 - Mangabeiras, Maceió - AL, 57031-530 - Telefone: (82) 2121-1300/3312-5967
---	--

ENEDEREÇOS SEMED			
10	SEMED	Rua General Hermes, 1199, Cambona CEP 57017-201	3312-5608
UNIDADE ESCOLAR		ENDEREÇOS	
CMEI	Cicera Lucimar	Av. Gustavo Paiva, S/N, 2559-Mangabeiras	
Escola Municipal	Doutor Orlando Araújo	R. Dr. José Sampaio Luz, S/N –Ponta Verde	
Escola Municipal	Profª Mª do Socorro Tavares Lima Da Silva	Rua Carlos De Miranda, 257 -Poço	
Escola Municipal	Profª Mª José Carrascosa	Rua Diegues Júnior, 224 –Poço	
Escola Municipal	ZANELI CALDAS	PÇA DA MARAVILHA, 87/93 - POÇO	
CMEI	Almeida Leite	R. Virgilio Guedes, S/N – PontaGrossa	
CMEI	Dr.Antônio Mário Mafra	R. 15 De Março, S/N - Levada	
CMEI	Dr.José Bandeira De Medeiros	R. Humberto Stª Cruz, 350 –Vergel Do Lago	
CMEI	Lindolfo Collor	Conj. Joaquim Leão, S/N Dique Estrada	
Escola Municipal	Lindolfo Collor	Conj. Joaquim Leão, S/N -Dique Estrada	
CMEI	Mª APARECIDA BEZERRA NUNES	Conj. Res. Dos Pescadores – Rua Ari Pitombo, S/N –Trapiche Da Barra	
CMEI	Mestre Mario Izaldino	R. Senador Arnon De Melo S/NPontal Da Barra	
CMEI	Nossa Senhora Aparecida	Rua Professora Maria JoséLoureiro Lima, 200, Prado, 57010-269	
CMEI	Nossa Senhora Da Guia	Av. Siqueira Campos – 24/27 -Prado	
CMEI	Nosso Lar	RUA PROF.º MARIO BROAD, 36 -LEVADA	
CMEI	Padre Silvestre Vredegoor	Pça. Afranio Jorge – Prado (Antiga Mons. Luis Barbosa)	
Escola Municipal	PIO X	Rua Professora Maria JoséLoureiro Lima, 200, Prado, 57010-269	
Escola Municipal	Prof. Deraldo Campos	Rua Tenente Moisés S. Firmino, S/N – Vergel Do Lago	
Escola Municipal	Prof. Ranilson FrançaDe Souza	Rua Prof. Mário Broad, 36 -Levada	
Escola Municipal	Profª Claudinete Batista Da Silva	Rua Ary Pitombo, 290 -Trapiche Da Barra	
Escola Municipal	Professor Antídio Vieira	R. Paulo Neto, S/N – TrapicheDa Barra	
Escola Municipal	Rui Palmeira	Av. Monte Castelo, S/N – Vergel Do Lago	

Escola Municipal	São Sebastião	R.Edgar De Goes MonteiroS/N Prado
Escola Municipal	Silvestre Péricles	Praça Dr. Caio De AguiarPorto – Pontal Da Barra
Escola Municipal	Suzana Palmeira	Rua Álvaro Marinho, 855/2 -Prado, 57010-050
Escola Municipal	Tereza De Jesus	Av. Siqueira Campos 1098 -Prado
Escola Municipal	Tereza De Lisieux	Rua 15 De Março S/N Levada
Escola Municipal	Vice Governador Francisco Mello – Caic	Avenida Senador Rui Palmeira, S/N – Trapicha DaBarra
Escola Municipal	Walter Pitombo Laranjeiras	Av. Cleto Marques Luz, S/N -Levada
UNIDADE ESCOLAR		ENDEREÇOS
Cmei	Dr. José Carneiro	Avenida Bernardes Lopes, S/N – Farol
Cmei	Higino Belo	Av. Stª Rita De Cássia – S/N –Farol
Escola Municipal	João Batista Mascarenhas De Moraes	Rua Osório Gato, S/N –Pitanguinha
Escola Municipal	LUIZ CALHEIROS Jr	Avenida Empresário ValentimDos Santos Diniz, 400, Serraria, 57046-770
Escola Municipal	Luiza Oliveira Suruagy	Rua Padre Cícero, S/N – OuroPreto.
Escola Municipal	Profª MARIA DE LOURDES VIEIRA (LIONS CLUB)	Praça Gonçalves Lêdo Farol, S/N.
Escola Municipal	Professor Manoel Coelho Neto	Rua Manoel Florentino DaSilva Nº 190 - Farol
Escola Municipal	Radialista Edécio Lopes/Octávio Brandão	Alameda Célia Dos Anjos, 06, Petrópolis, 57062-200
Escola Municipal	Major Bonifácio Da Silveira	Avenida Jornalista José Batista Dos Santos, 277, Gruta De Lourdes, 57052-645
Cmei	Agenor Fernandes Pontes	Vila Goiabeira – 123 – FernãoVelho
CMEI	Dom Miguel Fenelon Câmara	Via Principal Lot. Jardim Petrópolis li,Ba – Q. D. 26 – S/N – Petrópolis
Cmei	Herminio Cardoso	R.Barão De Jaraguá. – FernãoVelho
Cmei	João Feitosa	Conjunto Rio Novo
Cmei	Luiz Pedro Da Silva I	Rua Campo Verde Vergel, 57015-205
Escola Municipal	Marcos Soriano	Qd. A/26, S/N – CONJ. JOÃOSAMPAIO I, PETRÓPOLIS
Escola Municipal	Mestra Virgínia Moraes Da Silva	Conjunto Rio Novo
Escola Municipal	Pedro Café	R. Leonildo Cardoso – RioNovo
Escola Municipal	Professora Maria Nilda Dos Santos Silva	Rua Santa Clara S/N. Chã DaJaqueira.
Escola Municipal	Sergio Luiz Pessoa Braga	Av. Gov. Lamenha Lins, S/N –Chã Da Jaqueira
Escola Municipal	Sônia Maria Souza Cavalcanti	Rua General Hermes, S/N -Cambona

Escola Municipal	Tradutor João Sampaio	Pça. Central – Conj. João Sampaio
------------------	-----------------------	-----------------------------------

UNIDADE ESCOLAR		ENDEREÇOS
Cmei	Antônio Semeão Lamenha Lins	Rua Major José Joaquim Calheiros, S/N – Jacintinho
Cmei	Arnon Afonso Farias De Mello	Conj. Da Silva Peixoto, Rua “A”, S/N Qd. 01 – Jacintinho
Cmei	Audival Amélio Da Silva	Cj Luiz Pedro Iv, S/N – Sítio São Jorge
Cmei	Dom Helder Câmara	Rua Acre, S/N – Feitosa
Escola Municipal	Doutor Baltazar De Mendonça	Rua Divisória, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Doutor Henrique Equelman	Cj Velho Rui – Cohab, 56 – Jacintinho
Escola Municipal	Doutor Pompeu Sarmento	Av. Muniz Falcão, S/N – Barro Duro
Escola Municipal	Geruza Costa Lima	Rua Santa Margarida, Nº 222 - Jacintinho
Escola Municipal	João Xxiii Mudou A Etapa Para Ed. Infantil	Rua Dr. José Joaquim Dearaújo, Nº 57 – Jacintinho
Escola Municipal	José Correia Costa	Rua Lourival De Aguiar Pessoa, S/N Serraria
Escola Municipal	Kátia Pimentel Assunção	R. Breno Cansanção, Nº 788 – Jacintinho
Escola Municipal	Maria Liege Tavares De Albuquerque	Rua São José, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Mons. Antonio Assunção Araújo	Lot. Santa Terezinha – Qd. A, Lot 04, S/N – Serraria
Escola Municipal	Olavo Bilac	Rua Governador Lamenha Filho, S/N – Feitosa
Escola Municipal	Prof. Lenildo Alves Santos	R. Engenheiro Mariano, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Prof. Paulo Freire Mudando a Etapa	Av. José Airton Gondim Lamenha, S/N – São Jorge
Escola Municipal	prof.ª Marilúcia Macedo dos Santos	Rua Antônio Severino Dos Santos, Nº 20, Jacintinho.
Escola Municipal	PROF.ª MARIZETTE CORREIA NUNES BRUNO	Avenid A Menino Marcelo – Loteamento Casa Forte – Qd.A – Lote 08 – Serraria
Escola Municipal	Profª EULINA RIBEIRO ALENCAR	Rua Coaracy Fonseca, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	Profª. RUTH BRAGA QUINTELA CAVALCANTE	Rua José Reis, S/N Jacintinho
Escola Municipal	Rosane Collor	Rua José Reis Campos, S/N – Jacintinho
Escola Municipal	PADRE BRANDÃO LIMA	Avenida Antônio Lisboa Amorim, 100, Conj. Benedito Bentes I, 57085-160
Escola Municipal	Dulcinete Barros Alves	R. B Lot Casa Forte - Antares
CMEI	Benedita Da Silva Santos	Rua A-40, 557, Conj. Benedito Bentes I, Benedito Bentes, 57084-040
Cmei	Breno Agra	Av. Garça Torta, S/N – B. Bentes

CMEI	Drª ELIZABETH ANNE DEFARIAS LYRA	Rua Robert Lyra, Nº 04 - Conj.Luiz Pedro Iii - Benedito Bentes
Cmei	Drª NISE DA SILVEIRA	Lot. Terra De Antares, S/N,Serraria
CMEI	ELMA MARQUES CURTI	Av. Benedito Bentes, Nº 671 – Parque Residencial Benedito Bentes Ii
Cmei	Frei Damião	Av. Mundaú, 120 – B. Bentes
Cmei	Gov. Luís Abílio De Sousa Neto	Rua “P” - Qd “E” - Cidade Sorriso Ii – Benedito Bentes Ii
CMEI	Heloísa Marinho De Gusmão Medeiros	Cj. Freitas Neto – Av. Moacir Andrade, S/N – Benedito Bentes Ii
Cmei	José Madlton Vitor Da Silva	Lot. Bela Vista Ii, S/N – Conj.Benedito Bentes Ii
Cmei	José Maria De Melo – Caic	Av. Belo Horizonte, S/N -Benedito Bentes Ii
Cmei	Mª CECILIA PONTES CARNAÚBA	Av. Gilberto Soares Pinto, Nº763 – Antares I
Escola Municipal	Maria De Fátima Lira	Rua 1-C, 25 - Benedito Bentes,57084-025
Escola Municipal	Maria Salete Da Silva	Av. Antonio Lisboa De Amorim –S/N - Benedito Bentes Ii
Escola Municipal	Paulo Henrique Costa Bandeira	Avenida Norma Pimentel Da Costa, Nº 11 Benedito Bentes I
Escola Municipal	Pres. Francisco De Paula Rodrigues Alves	Av. Cachoeira Do Meirim, S/N –Benedito Bentes I
Escola Municipal	Prof. Aurélio BuarqueDe Holanda Ferreira	Conjunto Freitas Neto – Rua“F”, S/N – Benedito Bentes Ii
Escola Municipal	PROF.ª Mª. IVONE SANTOSDE OLIVEIRA	Cj. Res. Cidade Sorriso I –Benedito Bentes Ii
Escola Municipal	Profª Mª José Clemente ocha	Rua “A” 35, S/N – BeneditoBentes I
Escola Municipal	Profª Mª Jose de Oliveira	Recanto Dos Contos –Benedito Bentes Ii
Escola Municipal	Profª. ELZA LIRA	Rua W – Cj. Selma Bandeira –B.Bentes Ii
Escola Municipal	Professor Petrônio Viana	Conjunto Carmin Ha, S/N - B.Bentes Ii
Escola Municipal	Santo Antônio	Usina Cachoeira Do Meirim
Escola Municipal	Selma Bandeira	Av. Ministro Marcio Fontes,S/N - Cj. Selma Bandeira – Conj. B. Bentes Ii
Cmei	Profº Silvânio BarbosaDos Santos	Conj. Res. José Aprígio Vilela -Benedito Bentes
<b>UNIDADE ESCOLAR</b>		<b>ENDEREÇOS</b>
CMEI	Ana Carolina Galina Fortes FerreiraSantiago	Lot. Novo Jardim, S/N – Conj. Eustáqui Gomes De Melo –Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Casa Da Amizade	Av. Santana, 300 – TabuleiroDos Martins
CMEI	César Augusto De Oliveira	Rua Boa Esperança, S/N –Santos Dumont
CMEI	Cícero Dué Da Silva	Av. Menino Marcelo, 1391 –Tabuleiro Dos Martins

CMEI	Cleto Marques Luz	R. "P", S/N – Colina Dos Eucaliptos – Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Dom Antônio Brandão	R. Do Quadro, S/N – Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Dr. Denisson .Luiz Cerqueira Menezes	Rua Arthur Ramos, Qd. 09 – S/N – Conj. Denisson Menezes
CMEI	Dr. José Haroldo Da Costa	Conj. Salvador Lira , S/N –Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Fúlvia Maria DeBarros Mott Rosenberg	Av. Alice Karoline, S/N – Village Campestre / Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Gastone Lucia De Carvalho Beltrão	Conjunto Residencial JardimRoyal li, S/N - Cidade Universitária / Tabuleiro Dos Martins
CMEI	Graciliano Ramos	Avenida Dr. José Hailton Dos Santos, S/N -Conj. Vilagge Campestre I – Cidade Universitária - Tabuleiro DosMartins
CMEI	Braga Neto	Rua Eliete Rolemberg De Figueiredo, 163, Tabuleiro Dos Martins, 57071-100
Escola Municipal	Zylka de Oliveira	Rua José Gonzaga De Almeida, 276, Tabuleiro Dos Martins, 57061-060
Escola Municipal	Hermé Miranda	R. João Monteiro, 316 –Tabuleiro Novo
Escola Municipal	Jaime Amorim Miranda	Rua Belmiro Amorim 760, Santa Lúcia – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Jaime De Altavilla	Rua Dilermano Reis – S/N – Lot. Stª Lúcia – Tabuleiro
Escola Municipal	Jorge de Lima	Av. Belmiro Amorim – 750- Santa Lúcia – Tabuleiro DosMartins
Escola Municipal	Leda Collor De Mello	Rua Em Projeto, Qd A, S/N – Conj. Osman Loureiro – ClimaBom
Escola Municipal	Luiz Pedro Da Silva II	R. Drª Nadja Abys França, 32Clima Bom – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Luiz Pedro Da Silva IV	Cidade Universitária – Res.Gama Lins
Escola Municipal	Manoel Pedro Dos Santos	Av. Corinθο Da Paz, Lot. 17 Conj. Stº Dumont. - TabuleiroDos Martins
Escola Municipal	Maria Carmelita Cardoso Gama – Caic /Ufal	Campos A. C. Simões – Km 14 – Br 104 - Cidade Universitária –Tabuleiro Do Martins
Escola Municipal	Maria De Lourdes De Melo Pimentel	Rua Padre Cícero, Villagge Campestre li – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Marta Célia Bernardes	Rua Dr. Juracy Pereira, S/N, Cidade Universitária - Conj. Santa Maria
Escola Municipal	Monsenhor Luis Barbosa	Rua Gabino Besouro, S/N –Village Campestre li – Tabuleiro Dos Martins

Escola Municipal	Núcleo De Desenvolvimento Infantil - Ndi	Cidade Universitária – Campus Da Ufal –Tabuleiro DosMartins
Escola Municipal	Octávio Brandão	Rua José Lobo De Medeiros,374 – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Pedro Suruagy	Av. Maceió, S/N – Tabuleiro DosMartins
Escola Municipal	Prof. Donizete Calheiros	Rua José Hermes Damasceno, S/N – Santa Lucia - Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Prof. Kyra M <sup>a</sup> Barros Paes	Rua Muniz Falcão – S/N – ClimaBom
Escola Municipal	Prof. Natalina Costa Cavalcante	Rua Rotary, S/N – TabuleiroDos Martins
Escola Municipal	PROF. Corinho da Paz	Rua 5a, S/N – Conj. Inocoop –Cidade Univesitária – Tabuleiro Do Martins
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Jarede Viana de Oiveira	Rua São José, 888 – Clima Bom –Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Maria de Fátima Melo dos Dantos	Av. Maceeió – 345 – TabuleiroDos Martins
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Silvia Celina Nunes Lima	Rua Benedito Loureiro, 2001 –Village Campestre li – Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Professora Hévia Valéria Maia Amorim	Avenida Dr. José Hailton Dos Santos, S/N -Conj. Vilagge Campestre I – Cidade Universitária - Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Suzel Dantas	Rua Antonio Monteiro De Carvalho S/N – Tabuleiro DosMartins
Escola Municipal	Tobias Granja	Rua São José, 888 – Clima Bom - Tabuleiro Dos Martins
Escola Municipal	Yêda Oliveira Dos Santos	Avenida José Camelo DeFreitas, 430-476, Village Campestre, 57073-365
Escola Municipal	Zumbi Dos Palmares	Conj. Rosane Collor – Qd “M” -S/N - Clima Bom – Tabuleiro Dos Martins
Cmei	Benevides Epaminondas Da Silva	Rua Boa Vista, 1585– RiachoDoce
CMEI	Herbert De Souza	Av. General. Luiz De França Albuquerque – Jacarecica –Rod. Al 101 Norte
CMEI	Marechal Floriano Peixoto	Rua Da Igreja, S/N – Ladeira. Manoel Lopes Dos Santos -Ipioca
Escola Municipal	Padre Pinho	R. Quebrangulo – Cruz DasAlmas
Escola Municipal	Pedro Barbosa Junior	Praça Pindorama, S/N – CruzDas Almas
Escola Municipal	Prof <sup>a</sup> Nadir Brandão Cavalcante Extensão Da Esc. Floriano Peixoto (Não Conta Como Escola)	Rua da Igreja, S/N – Ladeira. Manoel Lopes dos Santos - Ipioca
Escola Municipal	Professora Neide De Freitas França	Conj. Otacilio Holanda, S/N –Saúde



AGÊNCIA DE LICITAÇÕES  
CONTRATOS E CONVÊNIOS  
DE MACEIÓ

Escola Municipal	Sagrado Coração De Jesus	Praça Vera Cruz, S/N – CruzDas Almas
---------------------	-----------------------------	--------------------------------------

### ANEXO III DO EDITAL

#### MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023

Termo de Contrato de Locação de brinquedos recreativos, que entre si celebram a - \_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_, na forma abaixo:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.200.135/0001-80, com sede do Executivo Municipal localizado na Rua Sá e Albuquerque, 235, Jaraguá, nesta Cidade, com o CEP: 57.022-180, representada neste ato por sua autoridade maior o Senhor Prefeito **XXXXXXX**, brasileiro, advogado, casado, portador do RG nº. XXX – SSP/AL e CPF nº. XXX, domiciliado neste município, doravante denominado de CONTRATANTE, através da(s) seguinte(s) Secretaria(s) como *interveniente(s)*, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nesta Cidade, com o CEP: xxxxxxxxxxxxxx, representado pelo xxxxxxxxxxxx, Senhor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, xxxxxxxxxxxx, portador do RG nº. xxxxxxxxxxxxxx – xxx/xxx e CPF nº. xxxxxxxxxxxxxx, domiciliado neste município, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com o CNPJ nº \_\_\_\_\_, localizada à \_\_\_\_\_, – CEP: \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo (a) Sr: (a) \_\_\_\_\_, R.G:\_\_\_\_, C.P.F: \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justos e acordados o presente contrato, observadas as cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA I – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

O presente contrato tem como fundamentos legais e será executado segundo:

- a) Os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2023-CPL/ALICC;
- b) Os termos da proposta firmada pela CONTRATADA constante do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_;
- c) As disposições da Lei nº 8.666/93 e legislação complementar vigente e pertinente à matéria;
- d) Os preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, no que couber, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Processo Administrativo nº 3000.111454/2022;
- b) proposta da CONTRATADA, no que couber;
- c) o edital e os anexos do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC;
- d) Decreto Municipal 8.530/2017, de 11/12/2017.

## **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a Contratação empresa especializada em **LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS RECRETATIVOS** visando atender as necessidades da Secretaria \_\_\_\_\_, conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

## **CLÁUSULA III – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O regime de execução da presente avença é a execução indireta por preço da diária, sendo originário da licitação na modalidade de Pregão, sob o nº XX/2023 - CPL/ALICC, do tipo menor preço, por meio do Processo Administrativo nº 3000.111454/2022.

## **CLÁUSULA IV – DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto deste Termo de Contato deverão ser executados pela CONTRATADA, estritamente de acordo com as exigências e os prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

## **CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

As partes que integram a presente relação contratual comprometem-se a cumprir as exigências dos parágrafos seguintes, sem prejuízo de quaisquer outras inerentes à boa e fiel execução de seu objeto e daquelas insertas nas demais cláusulas deste Termo de Contrato e no Termo de Referência, (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATANTE obriga-se a:**

- a) efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio de servidor ou comissão designada para este fim;
- c) disponibilizar as condições necessárias à efetivação dos serviços de fornecimento, de acordo com as especificações fornecidas junto à CONTRATADA;
- d) observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- e) cumprir as demais obrigações dispostas no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

### **PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA obriga-se a:**

- a) prover condições que possibilitem o início da prestação dos serviços na forma disposta no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC);
- b) cumprir integralmente as condições, prazos e obrigações fixadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC);
- c) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

- d) ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por atos omissivos ou comissivos, dolosos ou culposos, cometidos por seus empregados ou prepostos na execução do objeto deste contrato;
- e) manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como fornecer novos documentos que comprovem o atendimento a essa exigência à medida que forem vencendo os prazos de validade daqueles anteriormente apresentados, em conformidade com o imposto pelo artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93;
- f) cumprir as demais obrigações dispostas no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

#### **CLÁUSULA VI – DOS PREÇOS UNITÁRIOS DA DIÁRIA E DO VALOR GLOBAL**

A CONTRATANTE pagará os seguintes valores à CONTRATADA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR DIARIA	VALOR TOTAL

O valor do presente contrato é de R\$ (...) (... \*por extenso).

#### **CLÁUSULA VII – DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

Os valores fixados nesta avença poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), aferido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou pelo índice que venha a substituí-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - De acordo com os termos da Lei nº 10.192/2001, a periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data limite para apresentação da proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O reajuste de preços somente será efetuado mediante apresentação pela CONTRATADA de solicitação por escrito, sob pena de preclusão em caso de prorrogação da vigência contratual.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em caso de repactuação, também deverá observar o interregno mínimo de um ano a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos da Lei nº 10.192/2001, bem como o previsto no parágrafo anterior.

#### **CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

O pagamento será efetuado na forma indicada no subitem 10 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC), da seguinte forma:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima

referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

- EM** = Encargos moratórios;  
**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
**VP** = Valor da parcela a ser paga;  
**I** = Índice de compensação financeira, assim apurada:

$$I = \frac{TX}{365}$$

**TX** = Percentual de Taxa Anual (6%).

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA não terá direito ao recebimento da compensação financeira de que trata o Parágrafo Quarto caso concorra de alguma forma para o atraso de pagamento, como, por exemplo, se não apresentar quaisquer dos documentos ou informações indicados no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº \_\_\_\_/2023–CPL/ALICC).

#### **CLÁUSULA IX – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência pelo período de \_\_\_\_\_, podendo ser prorrogado em conformidade com art. 57,II, da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá possuir condições de iniciar a prestação de serviços pactuados a partir da data de assinatura deste contrato, observando as formalidades estabelecidas para a prestação dos serviços no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

#### **CLÁUSULA X – DA DESPESA**

A despesa prevista nesta avença, objeto deste Contrato correrão por conta dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município, do corrente exercício, Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_, elemento de despesa: \_\_\_\_\_ e subelemento de despesa: \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA XI - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

O CONTRATANTE designará representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, cujas responsabilidades estão previstas no Decreto Municipal nº 8.530/2017 e no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

## **CLÁUSULA XII – DAS PENALIDADES**

Em virtude da inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na execução, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas no item \_\_\_\_\_ do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação vigente, garantida a prévia defesa e o contraditório.

## **CLÁUSULA XIII – DAS SANÇÕES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em caso de **rescisão contratual** ocasionada por dolo ou culpa da contratada, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) multa mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este Município, pelo período de até dois anos; ou
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7º. da Lei nº 10.520/2002.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Constituem motivo para rescisão do contrato os indicados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As sanções previstas no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com as indicadas no caput da cláusula anterior.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A empresa ficará isenta das penalidades mencionadas se comprovado impedimento, ou a ocorrência tenha sido de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As multas previstas, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Guia de Recolhimento do Município (GRM), no prazo que o despacho de sua aplicação fixar.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo do setor competente deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Ainda Pela **inexecução total ou parcial** das condições estabelecidas neste Contrato, A CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as sanções previstas no item 23 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).

## **CLÁUSULA XIV – DA RESCISÃO**

A presente relação contratual poderá ser rescindida nas hipóteses fixadas nesta cláusula, respeitado o contraditório e ampla defesa e garantida a tutela do interesse público.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão poderá ser unilateral, a critério da CONTRATANTE, nos seguintes casos:

- a) inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº XX/2023–CPL/ALICC).
- b) subcontratação total da execução do objeto; e,
- c) nas hipóteses previstas no art. 78, incisos IX, X, XI, XII e XVIII, da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Também poderá ensejar a rescisão contratual, a ocorrência de quaisquer das hipóteses albergadas nos incisos XIII, XIV, XV, XVI e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, desde que haja pedido formal da CONTRATADA com a devida comprovação dos fatos alegados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão contratual poderá ser amigável, por acordo entre as partes, desde que não prejudicial à tutela do interesse público.

**PARÁGRAFO QUARTO**- Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação específica.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Nos casos em que a rescisão contratual decorra de situações enquadradas nas hipóteses dos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA fará jus aos seguintes direitos, desde que não tenha concorrido para o fato e requeira formalmente:

- a) Indenização de eventuais prejuízos comprovadamente sofridos; e,
- b) Pagamentos referentes às obrigações já adimplidas.

#### **CLÁUSULA XV – DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA**

A eficácia interpartes do presente contrato fica condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município (DOM), à luz do que preceitua o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Havendo a publicação no prazo estabelecido no dispositivo legal indicado no *caput* desta cláusula, o termo inicial de sua eficácia contará a partir da data de sua assinatura ou outro prazo pactuado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Havendo a publicação após o prazo estabelecido no dispositivo legal indicado no *caput* desta cláusula, o termo inicial de sua eficácia contará a partir da data de sua publicação.

#### **CLÁUSULA XVI – DO FORO**

Para dirimir questões oriundas do presente contrato será competente o foro da Cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

E, por estarem justos e de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Maceió (AL) \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



AGÊNCIA DE LICITAÇÕES  
CONTRATOS E CONVÊNIOS  
DE MACEIÓ

Empresa

Secretário Municipal de xxxxxx

JHC

Prefeito

ANEXO IV DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:

- CNPJ:
- Endereço:
- Cidade
- Fone:
- E-mail:

Estado:

Fax:

Para fins de Pagamento:

Banco: ..... Agência: ..... C/Corrente: .....

Prazo de validade desta proposta: **90 (noventa) dias**.

Prazo de entrega/execução do(s) material(is): **até 15 (quinze) dias** a contar do recebimento da Nota de empenho.

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza resultante da execução do objeto licitado, considerando os itens entregues/executados no Local indicado neste Edital.

Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do Edital Pregão n.º XX/2023 – CPL/ALICC e seus Anexos.

<i>Item</i>	<i>Especificação do(s) iten(s)</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quant.</i>	<i>Preço Unitário R\$</i>	<i>Preço Total R\$</i>
01	Descrição do item	Un			

**OBS:** Em caso de divergência entre as especificações, unidade de medida ou apresentação dos produtos descritas no cadastro do Sistema COMPRASNET e as constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

Preço Total por extenso:

Local, ..... de .....de 20(...).

.....  
Representante Legal da Empresa